



**Escola Superior  
de Educação**

Politécnico de Coimbra

# **A importância dos manuais escolares em HGP. Uma perceção dos professores.**

Departamento de Formação de Professores e Educadores

Mestrado em Ensino do 1.º Ciclo e Português e História e Geografia de Portugal do 2.º  
Ciclo

2024, Inês Lopes Almeida



**Escola Superior  
de Educação**

Politécnico de Coimbra

Inês Lopes Almeida

A importância dos manuais escolares em HGP. Uma perceção dos professores.

Dissertação de Mestrado em Ensino do 1.º Ciclo e Português e História e Geografia de Portugal  
do 2.º Ciclo, apresentada ao Departamento de Formação de Professores e Educadores da  
Escola Superior de Educação de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Trabalho realizado sob a orientação do Professor Doutor Luís Carlos Martins D'Almeida Mota

março, 2024

## **Agradecimentos**

Após um caminho longo e, por vezes, muito difícil é tempo de agradecer a quem contribuiu para que fosse possível chegar até aqui.

Primeiramente endereço o meu maior agradecimento ao meu orientador, ao Professor Doutor Luís Mota, por todo o apoio, paciência e ajuda. Serei eternamente grata!

Aos meus progenitores... Ao meu pai por todo o apoio. À minha mãe por ser um exemplo de superação e uma força da natureza.

Aos meus irmãos e, em especial, ao Mário por ser uma das peças fundamentais do meu puzzle e por me ensinar que esta profissão vai muito mais além do que ensinar.

A todos os meus familiares que sempre me acompanharam e, em especial, à minha madrinha por cumprir tão bem com o seu papel e ser uma segunda mãe desde sempre, por me ter acompanhado em todas as jornadas da minha vida e por nunca me deixar desamparada.

À Patrícia por ter sido a melhor madrinha, colega de casa, companheira de aventuras de Coimbra e da vida que ficam para sempre. À Maria por estar ao meu lado desde o início ao fim e a para além do fim. À Catarina por nunca me abandonar. Tenho a certeza que “levo comigo p’ra vida”.

À psicóloga Ana Batista Marques por me ter ajudado nos momentos mais escuros e por ter sempre uma luz ao fundo do túnel.

Aos meus amigos que acompanharam nesta jornada e que nunca me deixaram desistir.

A todas as pessoas que ao longo de tantos anos se cruzaram no meu caminho e me tornaram na pessoa que sou hoje.

E, por fim, dedico inteiramente este estudo ao meu querido avô por tudo o que foi para mim e a quem eu devo muito, pois ensinou-me que devemos lutar até ao último milésimo de segundo, mesmo quando as forças se esgotam. Sei que onde estiver estará sempre comigo.

### **A importância dos manuais escolares em HGP. Uma perceção dos professores.**

Resumo: O presente relatório final enquadra-se no âmbito das Unidade Curriculares de Prática Educativa do Mestrado em Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) e de Português e História e Geografia de Portugal no 2.º CEB. O relatório encontra-se organizado em duas partes, a primeira parte centra-se na Prática Educativa e a segunda parte no Estudo Empírico.

Na primeira parte é apresentado uma descrição do contexto educativo do estágio curricular e uma reflexão sobre uma experiência significativa considerada mais relevante.

Na segunda parte apresenta-se um estudo de caso de uma investigação qualitativa tendo como ponto de partida a seguinte questão: “Quais as perceções que os/as professores/as têm dos manuais escolares e da sua utilização em História e Geografia de Portugal?” e, de forma a delinear o objeto de estudo, definiram-se um conjunto de objetivos específicos. Com uma amostra de conveniência, procedeu-se à técnica de inquérito por entrevista e utilizou-se um guião como instrumento de recolha de dados. Para análise dos mesmos foi criado um mapa concetual e uma matriz de redução de dados. O estudo possibilitou compreender as conceções que os professores têm atualmente dos manuais escolares perante o avanço tecnológico.

**Palavras-chave:** Manuais escolares; 2.º Ciclo do Ensino Básico; História e Geografia de Portugal.

### **The importance of HGP textbooks. A teachers' perception**

**Abstract:** This final report is part of the Curricular Unit Educational Practice of the Master's Degree in Teaching the 1st Cycle of Basic Education (CEB) and Portuguese and History and Geography of Portugal in the 2nd CEB. The report is organized into two parts, the first focusing on the Educational Practice and the second on the Empirical Study.

The first part presents a description of the educational context of the curricular internship and a reflection on a significant experience considered most relevant.

The second part presents a case study of a qualitative investigation based on the following question: "What are teachers' perceptions of textbooks and their use in History and Geography of Portugal?" and, in order to outline the object of study, a set of specific objectives were defined. With a convenience sample, an interview survey technique was used and as well as a script as the data collection instrument. A conceptual map and a data reduction matrix were created to analyze the data. The study made it possible to understand teachers' current conceptions of textbooks in the face of technological advances.

**Keywords:** Textbooks; 2nd Cycle of Basic Education; History and Geography of Portugal.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>PARTE I – PRÁTICA EDUCATIVA</b> .....	4
<b>CAPÍTULO 1 – 2.º CICLO DO ENSINO BÁSICO</b> .....	5
1. Experiência significativa .....	12
<b>PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO</b> .....	16
<b>CAPÍTULO 2 – ASPETOS TEÓRICOS</b> .....	17
1. Conceito de manual escolar .....	18
2. Contextualização do manual escolar em Portugal .....	19
3. Funções dos manuais escolares .....	24
<b>CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA</b> .....	28
<b>CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS</b> .....	33
Análise das entrevistas .....	34
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	49
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	53
<b>APÊNDICES</b> .....	57

### **Lista de abreviaturas**

1. UC – Unidades Curriculares
2. CEB – Ciclo do Ensino Básico
3. HGP – História e Geografia de Portugal
4. ME – Ministério da Educação
5. DGE – Direção-Geral da Educação

## Lista de tabelas

TABELA 1 - MAPA CONCETUAL.....	35
TABELA 2 - RECORTE DA SUBCATEGORIA - ADOÇÃO.....	36
TABELA 3 - RECORTE DA SUBCATEGORIA - CRITÉRIOS.....	38
TABELA 4 - RECORTE DA SUBCATEGORIA - UTILIZAÇÃO EM SALA DE AULA.....	41
TABELA 5 - RECORTE DA SUBCATEGORIA - CADERNO DE ATIVIDADES.....	43
TABELA 6 - RECORTE DA SUBCATEGORIA - MANUAIS DIGITAIS.....	45
TABELA 7 - RECORTE DA SUBCATEGORIA - UTILIZAÇÃO.....	46
TABELA 8 - RECORTE DA SUBCATEGORIA - PLANIFICAÇÃO DE CONTEÚDOS.....	48

## **INTRODUÇÃO**

O presente relatório final surge no âmbito das Unidades Curriculares (UC) de Prática Educativa, integradas no Mestrado em Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) e Português e História e Geografia de Portugal (HGP) no 2.º CEB, na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra.

O tema deste projeto é “A importância dos manuais escolares em HGP. Uma perceção dos professores.” e tem como finalidade compreender quais as opiniões dos professores quanto à relevância do manual escolar na atualidade. Este interesse surgiu após as observações e práticas realizadas no âmbito do estágio curricular inserido numa das UC onde foi notável que existe uma necessidade de os professores utilizarem não só o manual como outros recursos didático-pedagógicos. De forma a dar início ao estudo iniciou-se pela elaboração da pergunta de partida, “Quais as perceções que os/as professores têm dos manuais escolares e da sua utilização em História e Geografia de Portugal?”, e por formular um conjunto de objetivos específicos, sendo estes: identificar os diferentes recursos utilizados nas aulas de História e Geografia de Portugal; compreender os procedimentos e os critérios de adoção do manual escolar; conhecer o papel do manual escolar na gestão dos conteúdos de História e Geografia de Portugal; recolher informação sobre o impacto da digitalização na transformação e utilização do manual escolar; e, por fim, obter uma apreciação da/o entrevistada/o sobre o uso dos manuais escolares.

O relatório final encontra-se dividido em duas partes, sendo que a primeira diz respeito à parte educativa e está subdividida em dois capítulos, já a segunda parte refere-se à parte empírica e está subdividida em três capítulos.

O primeiro capítulo apresenta o contexto educativo onde se realizou o estágio curricular referente ao 2.º CEB com uma caracterização do agrupamento, da escola e da turma e também uma experiência significativa.

No segundo capítulo é tratado a revisão da literatura onde são aprofundados os conceitos relativos aos manuais escolares de diferentes épocas e de diversos autores. Posteriormente segue-se uma contextualização histórica do conceito de manual escolar em Portugal onde se conhece as diferentes conceções que existiram desde o livro único até ao manual escolar. De igual modo são referidas as diferentes funções dos manuais

escolares que são categorizadas pelas funções referentes ao desenvolvimento das competências dos alunos e às suas aprendizagens e as funções alusivas ao trabalho dos professores e ao ensino.

No capítulo seguinte surge a metodologia adotada no estudo iniciando-se pela apresentação da pergunta de partida e os objetivos definidos. Posteriormente é explicado o método de pesquisa a aplicar, a investigação qualitativa, a amostra de conveniência através do inquérito por entrevista, a partir de um guião que funcionou como instrumento de recolha de dados.

O último capítulo, o quarto, é dedicado à apresentação e discussão dos resultados obtidos através das entrevistas realizadas a docentes.

Por último, as considerações finais onde, fundamentalmente se avaliam os objetivos da investigação e de todo o percurso de construção, bem como se equacionam possibilidades e caminhos para futuros desenvolvimentos de investigações neste domínio.

**PARTE I – PRÁTICA EDUCATIVA**

## **CAPÍTULO 1 – 2.º CICLO DO ENSINO BÁSICO**

No presente capítulo será apresentado o contexto educativo em que se realizou o estágio curricular referente ao 2.º Ciclo do Ensino Básico (CEB). Primeiramente procurar-se-á apresentar o agrupamento, nomeadamente a sua composição, os seus documentos orientadores e a escola onde decorreu a ação. Seguidamente, e de uma forma mais pormenorizada, será apresentado e caracterizado o grupo de crianças. Neste capítulo narra-se, ainda, uma experiência pedagógica considerada significativa.

O estágio curricular, no âmbito da introdução à prática profissional, no 2.º Ciclo do Ensino Básico, decorreu com um grupo de crianças do 6.º ano de escolaridade, no ano letivo 2020/21, numa escola básica pertencente a um agrupamento situado no centro da cidade de Coimbra.

O agrupamento é constituído por estabelecimentos dos diferentes níveis de ensino, desde o jardim de infância até ao 3.º CEB. Engloba um total de treze instituições, sendo que são três jardins de infância, oito escolas do 1.º CEB e, por fim, duas escolas do 2.º e 3.º CEB.

Quanto à comunidade educativa esta é composta por alunos, pessoal docente, pessoal não docente, pais e encarregados de educação, autarquia, representantes de instituições de carácter cultural, artístico, científico, ambiental e económico e serviços de administração central e regional. Assim, é possível caracterizar a comunidade educativa como “um espaço socialmente indiferenciado, um território comum, onde as responsabilidades de formação e aprendizagem são partilhadas entre todos os intervenientes do processo educativo.” (Regulamento Interno do AECS, 2017, p.7)

Segundo o Projeto Educativo (2017) do agrupamento, este é frequentado por um total de mil seiscentas e trinta e nove crianças, sendo que duzentas e quinze frequentam os jardins de infância, seiscentas e trinta e nove frequentam o 1.º CEB, trezentas e cinquenta e nove frequentam o 2.º CEB e quatrocentas e vinte e seis frequentam o 3.º CEB.

No que respeita ao corpo docente e não docente do agrupamento, para o ano letivo de 2020/21, este é constituído por duzentos e vinte docentes (cinco docentes de Intervenção Precoce, onze docentes de Pré-Escolar, cinquenta e cinco docentes de 1.º CEB, cento e vinte e sete docentes de 2.º e 3.º CEB e dezoito docentes de Educação

Especial) e sessenta e um não docentes (duas psicólogas, nove assistentes administrativas, uma coordenadora dos serviços administrativos, quarenta e oito assistentes operacionais e uma coordenadora do pessoal operacional). Relativamente às funções que cada um destes órgãos desempenham, podemos referir que são funções do corpo docente a condução do processo de ensino, a promoção de medidas de carácter pedagógico que estimulem o harmonioso desenvolvimento da educação, em ambiente de ordem e disciplina na sala de aula e na escola. No que respeita às funções do corpo não docente visam a colaboração no acompanhamento e integração dos alunos na comunidade educativa, incentivando o respeito pelas regras de convivência, promovendo um bom ambiente educativo e contribuindo em articulação com os docentes, os pais e encarregados de educação, para prevenir e resolver problemas comportamentais e da aprendizagem. (Regulamento Interno do AECS, 2017)

No que concerne à gestão e ao funcionamento eficaz das escolas, o agrupamento rege-se por documentos orientadores que incluem diretrizes, regulamentos e políticas que são essenciais. Através destes documentos, os agrupamentos podem oferecer uma educação de qualidade, responder às necessidades dos alunos e contribuir para o desenvolvimento da comunidade.

Segundo o Projeto Educativo (2017), este assume-se como o documento orientador da ação educativa do Agrupamento, enunciando, com base nos normativos legais em vigor e através do conhecimento da realidade envolvente, o modo como pretendem intervir e transformar, criando oportunidades, apostando na conceção de uma marca distintiva que postule uma escola para todos e para cada um. Este documento consagrou como missão, entre os anos 2017 a 2021,

Apresentar uma escola de qualidade, inclusiva e adequada às exigências da comunidade educativa e da sociedade, garantindo que todos têm uma educação apropriada que corresponda a saberes estruturantes, visando a formação de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, críticos, tolerantes e comprometidos com uma sociedade mais justa, solidária, humana e inclusiva.

(Projeto Educativo, 2027, p. 4)

Neste sentido, a visão do agrupamento pretende “uma unidade orgânica que presta serviço público inclusivo e de excelência nos diferentes domínios do desenvolvimento dos seus alunos, tornando-se um Agrupamento de referência quer ao nível local, quer ao nível nacional.” (Projeto Educativo, 2027, p. 4).

Para atingirem essa referência o agrupamento definiu princípios e valores, que vão ao encontro do que é estipulado na Lei de Bases do Sistema Educativo, sendo de destacar, entre outros aspetos, o desenvolvimento harmonioso da personalidade de cada um, a igualdade de oportunidades, a formação de cidadãos livres e responsáveis em todas as dimensões e o respeito pelas leis e valores nacionais. (Projeto Educativo, 2017, p.4)

Para além destes aspetos, o Projeto Educativo considera também relevante o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, que apontam como princípios a aprendizagem, a inclusão, a estabilidade e ousadia, coerência e flexibilidade, a sustentabilidade, a base humanista e o saber, e que dão primazia a valores como a liberdade, a responsabilidade e integridade, a cidadania e participação, a excelência e exigência, a curiosidade e a reflexão e inovação. (Projeto Educativo, 2027, p.4)

No que ao estágio curricular diz respeito, o mesmo realizou-se num estabelecimento escolar que está localizado numa zona próxima do centro com grande área habitacional e com bastante desenvolvimento nas áreas dos serviços e do comércio. Na sua própria área possui seis edifícios e um espaço exterior. Os edifícios são denominados por blocos e cada um é representado por uma letra. No bloco A, o bloco principal do recinto escolar, concentra-se os serviços escolares como a direção, a secretaria, a reprografia, o bar, a sala dos professores e ainda a biblioteca escolar. Os blocos B, C e D são destinados às salas de aulas dos alunos onde cada uma é composta por recursos variados para o funcionamento da aula, tais como computador, projetor e colunas. Também o bloco G é um espaço destinado ao funcionamento das aulas, mas para a lecionação da disciplina de Educação Física em específico e contém igualmente recursos variados apropriados à disciplina, e contém um campo de alcatrão, dois balneários e quatro pavilhões. Por último, há um bloco, o R, destinado ao lazer dos alunos onde se encontra o bar para os mesmos, a papelaria e uma sala de dança/teatro. Quanto ao espaço exterior, este é bastante grande e amplo, mas dado a situação pandémica os

alunos tinham que permanecer no espaço cedido apenas à sua turma e não podiam interagir com outros alunos.

A biblioteca escolar é composta por vários espaços e áreas onde os alunos podem desenvolver diversas atividades, tais como a área da leitura ou de trabalho com mesas e sofás para os alunos estarem mais cómodos, a área das novas tecnologias onde possuem vários computadores e também a área do lazer onde podem, por exemplo, jogar xadrez. Está integrada na Rede de Bibliotecas Escolares e desenvolve ainda vários projetos, tais como “aLer+”, “Todos Juntos Podemos Ler”, “SOBE”, “DigiDescobertas”, “Clube de Leitur@s” e “Clube de Xadrez”, o que nos demonstra uma constante dinamização. Uma vez que era com alguma frequência que visitávamos o espaço, foi possível vivenciar ao longo do ano letivo o quanto esta biblioteca trabalha em prol dos alunos com o objetivo de proporcionar as melhores experiências e vivências e por outro lado a adesão dos alunos ao espaço e a tudo o que o envolve.

A seguinte caracterização foi realizada com base nos documentos fornecidos pela professora cooperante, através da observação direta e experiência como estagiária e ainda alguns instrumentos de avaliação como grelhas de avaliação utilizadas, fichas de trabalho e feedback da turma às aulas que foram lecionadas por mim.

Quanto à turma onde foi realizado o estágio, era constituída por um total de vinte e oito alunos, sendo que onze são do sexo feminino e dezassete são do sexo masculino, com idades compreendidas entre os onze e os doze anos de idade à exceção de um aluno com dezoito anos. Desde o início do 1.º Período até ao fim do ano letivo não houve grandes alterações na constituição da turma à exceção da saída de uma aluna perto do fim desse período e outro aluno que, apesar de estar matriculado na turma, nunca apareceu estando em situação de abandono escolar desde o ano letivo 2013/2014, sendo este o aluno com dezoito anos. Assim, efetivamente contámos com a totalidade de vinte e seis alunos ao longo do ano letivo.

O grupo teve algumas modificações em relação ao ano letivo anterior uma vez que teve a integração de sete alunos novos na turma onde foram desenvolvendo boas relações interpessoais ao longo do ano letivo e respeitando-se mutuamente. O nível

cultural dos alunos, de acordo com aquilo que foi possível aferir, é diversificado dado à existência de alunos com raízes brasileiras e outras.

No conjunto de crianças, havia algumas que se encontravam ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54/2018. Assim, alguns alunos beneficiavam de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão de acordo com as suas necessidades, sendo que dois alunos estavam regidos pelas medidas universais dado à dislexia. Os restantes alunos transitaram para o 6.º ano sem níveis inferiores a três. De uma forma geral, a turma apresentou bons resultados ao longo do ano e demonstraram interesse e empenho, cooperavam com professores e entre si. Também eram uma turma muito participativa, colaboravam sempre que era solicitado tanto em aula como em outras atividades que eram realizadas, por exemplo, na biblioteca.

Quanto ao estágio o mesmo decorreu ao longo de dez meses, desde outubro a julho, e realizava-se todas as manhãs de terça a sexta-feira, apesar de que a disciplina de História e Geografia de Portugal concentrava-se apenas às terças e quintas-feiras, perfazendo um total de cento e trinta e cinco minutos por semana. Dadas as circunstâncias pandémicas pelas quais o país e o mundo estavam a sofrer o Ministério da Educação (ME) a vinte e um de janeiro voltou a encerrar todas as escolas, como já tinha ocorrido no ano letivo anterior, e a adequar o ensino. Assim, a nove de fevereiro retomaram as aulas através do ensino à distância até vinte e cinco de março. Durante este tempo os alunos tinham apenas uma aula de quarenta e cinco minutos por semana em regime síncrono que era lecionada pela professora cooperante ou por uma das estagiárias e nos restantes tempos os alunos tinham que realizar trabalho assíncrono quando assim solicitado.

Durante o estágio estive sob a orientação da professora orientadora cooperante que acompanhou todo o percurso ao longo do ano letivo onde foi possível trabalhar em conjunto em prol dos alunos. Considerando que uma professora cooperante tem um papel fundamental em contexto de estágio, “uma vez que são mediadores e parceiros no processo formativo dos futuros professores” (Lopes & Bastos, 2017, p. 78), pois é quem auxilia a colocar em prática o que foi aprendido em contexto teórico nas variadas unidades curriculares e, sobretudo, porque vão preparando e evidenciando as diferentes realidades na vida de um professor. Assim, o professor cooperante assume “um papel

essencial na concretização do estágio favorecendo a articulação entre a instituição de ensino superior (professor orientador do estágio), estagiário e a escola onde se realiza o estágio” (Lopes, 2019, p. 56) tornando-se o suporte de todo o trabalho colaborativo. Sendo ele o elemento fundamental do processo de supervisão pedagógica, o mesmo tem uma grande responsabilidade e, segundo Vieira (1993), as funções gerais do professor cooperantes são informar, questionar, sugerir, encorajar e avaliar.

O estágio iniciou com quatro semanas de observação da professora cooperante que se tornaram muito essenciais no decorrer de todo o processo uma vez que permitiu uma análise da dinâmica da turma onde foi possível desvendar as dificuldades e potencialidades, observar os métodos de ensino da professora, perceber os comportamentos dos alunos e também outros pequenos fatores considerados fundamentais para a prática. Esta observação resultou numa reflexão sobre os processos de trabalho mais vantajosos para os alunos e, por conseguinte, essa mesma reflexão foi fulcral para o trabalho que se avizinhava, a planificação das aulas, onde foram tidos em conta todos os aspetos observados de forma a ir de encontro às necessidades dos alunos.

Após este tempo de observação, iniciou-se as semanas de intervenção junto da turma que ocorriam alternadamente entre a professora cooperante e as estagiárias. Enquanto uma destas estava a intervir com a turma, a outra estagiária observava essas práticas para posteriormente analisarem e refletirem. Esta reflexão permitiu avaliar e repensar sobre as práticas pedagógicas adotadas para que houvesse uma melhoria crescente e progressiva das estratégias de ensino e aprendizagem a aplicar nas aulas.

As intervenções são um dos pontos principais do estágio, têm um papel crucial no desenvolvimento profissional uma vez que permitem ganhar experiência prática e aplicar os conceitos teóricos adquiridos até então. Para cada intervenção é necessário planear a aula incluindo objetivos de aprendizagem, estratégias de ensino diferenciadas e avaliação formativa. É esperado que com estas intervenções os estagiários consigam desenvolver habilidades pedagógicas, compreender as necessidades dos alunos e adaptar a sua prática de ensino de acordo com contextos diversos.

### **1. Experiência significativa**

Foram várias as intervenções que se realizaram ao longo do estágio e algumas foram consideradas mais relevantes, por conseguinte de seguida é apresentada uma dessas intervenções incluindo a descrição da experiência, em que são explicitados as intenções e os objetivos.

Durante o decorrer do estágio e, nomeadamente, no período de observação foi possível analisar a turma e todos os contextos em que os alunos se encontravam a fim de compreender como seria a melhor forma de planificar as diversas aulas mantendo o foco dos alunos para que conseguissem atingir os conhecimentos previstos na disciplina de HGP. Após essa análise foi perceptível que a dificuldade de concentração e de motivação dos alunos é um desafio comum. Este pode ser influenciado por uma variedade de fatores que incluem aspetos internos, como condições de saúde mental e física, ou externos, como o ambiente de aprendizagem e o método de ensino. De forma a tentar combater estas problemáticas criadas por fatores externos foi necessário definir um conjunto de estratégias para que fosse possível melhorar, nomeadamente, a concentração dos alunos.

Para isso foi planificado um conjunto de aulas com o intuito de manter o foco dos alunos ao longo do tempo das mesmas. Nessa planificação procurei apresentar diversos materiais aos alunos com diferentes abordagens para que despertassem a atenção dos mesmos e também para minimizar o foco do manual escolar. Estas estratégias concentraram-se em procurar desenvolver outros estímulos nos alunos diferentes do que estavam habituados e sendo algo mais dinâmico ajudaria a mantê-los interessados e concentrados. Assim, a estratégia de não dar tanto uso ao manual como o habitual era proporcionar outro tipo de aula para compreender se ajudaria no melhoramento da concentração.

A planificação (apêndice I) foi para a concretização de uma aula com a duração de noventa minutos onde se iniciou a lecionação da unidade temática “E3 – O 25 de abril de 1974 e o regime democrático”. Este é um tema que foi um marco fundamental no passado recente da história de Portugal, conhecido como a Revolução dos Cravos, que resultou na queda do regime ditatorial do Estado Novo, que governava o país desde 1933. Este evento marcou o início de um processo de democratização em Portugal, pondo fim a quase meio

século de ditadura. Por isso, é importante abordar os aspetos históricos, sociais e culturais deste evento significativo para que os alunos fiquem a conhecer todos os aspetos.

Como consta na planificação, a aula inicia pela visualização de um quadro intitulado por “O 25 de abril de 74... Generalidades e singularidades” onde de um lado podemos encontrar os soldados com uma espingarda na mão e um cravo dentro, a bandeira portuguesa e um tanque de guerra e do outro lado encontramos o povo feliz com cravos. Este quadro funcionou como motivação para dar o mote de forma que os alunos despertassem o interesse no que irá ser tratado ao longo da aula. Primeiramente foram questionados para que transmitissem o que contemplavam na imagem e, por conseguinte, o que estava a ser retratado na mesma de forma a compreender o que cada aluno sabia ou não sobre o assunto. As suas respostas foram escritas no quadro através de uma tempestade de ideias para, de seguida, iniciar com os conteúdos e confrontar com as ideias que os alunos tiveram.

De seguida, realizaram duas análises a dois documentos do manual. A primeira análise foi realizada individualmente durante cerca de três minutos a um mapa de Portugal continental onde os alunos tinham que observar e tirar as suas próprias conceções, desde os movimentos das tropas, como também os elementos presentes na legenda – centros emissores, o estúdio da Rádio Televisão Portuguesa e o Rádio Clube Português. Isto tinha como objetivo dar a conhecer aos alunos alguns elementos que fizeram parte do 25 de abril de 1974 e provocar a curiosidade de quererem saber mais sobre o tema. Já a segunda análise é a um friso cronológico onde os alunos foram questionados – “Qual foi o acontecimento que terá contribuído para o descontentamento de muitos portugueses para com a ditadura?” – com o objetivo de identificarem o acontecimento como a Guerra Colonial para que entendessem um dos motivos que levou à Revolução do 25 de abril de 1974.

No seguimento do momento anterior observaram em grupo um documento presente no manual, “Críticas a Marcello Caetano e ao Estado Novo”, através do questionamento de perguntas como “quem ia para a guerra?”, “em que condições iam para a guerra?” e “porquê que iam para a guerra?” com o objetivo dos alunos compreenderem em que contextos é que as pessoas iam para a guerra. De seguida, foi proposto em forma de síntese aos alunos a leitura de um texto do manual intitulado por

“O que levou à Revolução?” e sublinharem os elementos mais importantes do texto com o objetivo compreender os motivos que levaram a este feito, o 25 de abril, e consolidar os conteúdos.

Foi realizada a análise em grupo turma de uma cronologia com o propósito de os alunos ficarem a conhecer os momentos mais importantes do dia 25 de abril de 1974 e que foram cruciais para a Revolução. A cronologia foi apresentada através de uma plataforma digital – *Genia.ly* – onde estão mencionados nove acontecimentos desde os sinais que deram mote ao início da Revolução no final do dia 24 de abril de 1974 à primeira apresentação pública feita pela Junta de Salvação Nacional através da Rádio Televisão Portuguesa já no dia 26 de abril. A cronologia consiste num friso interativo e cada acontecimento está associado a várias fontes, tais como imagens, vídeos e notícias, para que os alunos consigam aproximar-se da realidade e terem uma perceção do que aconteceu naquela época.

De forma a compreenderem o que aconteceu após a Revolução do 25 de abril de 1974 e quais as mudanças foi analisado um documento do manual que consistia em três momentos diferentes, o antes, o durante e o após o 25 de abril. Os alunos foram questionados com as seguintes perguntas: Na primeira imagem, a que grupo pertencem aquelas pessoas? O que estão a preparar?; Como reagiu a população durante a Revolução?; E, por fim, o que aconteceu no dia 26 de abril?. O objetivo destas questões era que os alunos, através da análise, conseguissem compreender as diferenças que existiram num curto período de tempo e da importância que tiveram na história de Portugal que se prolongou até à atualidade.

Já no término da aula visualizaram um vídeo sobre todos os conteúdos tratados ao longo da mesma que permitiu aos alunos compreender os motivos que levaram à revolução e o que aconteceu ao longo do dia, tratando-se como uma síntese.

O 25 de abril de 1974 trata-se de um tema que não é totalmente desconhecido dos alunos, uma vez que este conteúdo também consta nas aprendizagens essenciais da disciplina de estudo do meio no 4.º ano, ainda que não tão aprofundado, e, eventualmente, já ouviram histórias contadas pelos seus familiares dado que se trata de um passado recente da nossa história. De forma a cativar os alunos para que se

envolvessem e aprofundassem os seus conhecimentos ao longo da aula procurou-se utilizar diferentes recursos didáticos e fontes para despertar o interesse dos alunos. Esta escolha deveu-se ao facto de o manual adotado abordar estes conteúdos de uma forma superficial e omitiu, no meu entender, aspetos importantes que poderiam ser tratados, ainda assim tinha algumas fontes interessantes que foram tratadas em aula.

No decorrer da aula os alunos foram participativos e colaborativos, realizaram os exercícios propostos e demonstraram interesse. De todos os recursos utilizados e entre os vários aspetos já referenciados em cima, é de destacar a cronologia do 25 de abril e o quanto os alunos focaram a sua atenção neste recurso. O facto do mesmo proporcionar em parte a realidade do que foi vivido através das fontes como textos, imagens e vídeos permitiu que os alunos tivessem uma noção do que foi ocorrendo ao longo do dia.

Assim, foi possível refletir a importância que a utilização de diferentes recursos e fontes e não apenas o manual escolar no decorrer da aula é importante de forma a focar a atenção dos alunos e a participação dos mesmos criando assim um ambiente propício à aprendizagem. Foi então que a partir daqui comecei a refletir sobre qual o valor do manual escolar atualmente uma vez que estamos perante um avanço digital onde as crianças estão cada vez mais familiarizadas com as tecnologias. Por conseguinte, surgiu a ideia de desenvolver um estudo sobre esta temática e compreender, junto dos docentes, quais as perceções dos mesmos.

## **PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO**

## **CAPÍTULO 2 – ASPETOS TEÓRICOS**

Neste capítulo é realizada a fundamentação teórica com autores de referência que suportam o estudo empírico que está a ser desenvolvido no presente relatório relativamente aos manuais escolares. Tendo por base literatura específica, são aprofundados vários conceitos de manuais escolares de diversos autores, a contextualização histórica do conceito de “manual escolar” em Portugal e ainda as funções dos manuais escolares.

### **1. Conceito de manual escolar**

Muitos são os conceitos associados à expressão “manual escolar” que variam de autor para autor consoante os contextos temporais e culturais que estes se inserem, atribuindo-lhes um cariz funcional, institucional ou didático.

Segundo Choppin (1992), o conceito de “manual escolar” advém de “obra manuseável”, de formato e peso reduzidos, e no século XIX era atribuído como “guia prático” na aceção de compilação de conselhos, de receitas ou de regras alusivas ao desempenho de uma profissão. A atual designação de “manual escolar” resultou deste termo e da utilização do manual no domínio da educação. O mesmo autor, em 2009, afirmou que no século XVIII os “livros escolares” apresentavam-se “sob a forma enciclopédia e sob uma forma condensada, o conjunto de conhecimentos considerados necessários ao exercício de um ofício determinado” (Choppin, 2012, p.31)

Para Bénitez (2000) os manuais escolares são “livros manuseáveis – à escala da mão – quer dizer, tanto pelo seu tamanho como pelo seu conteúdo, albergam saberes básicos essenciais” (p. 6). Ou seja, são objetos que transmitem conteúdos, informações e saberes com base no currículo escolar formal. Ainda com a mesma ótica Gérard e Roegiers (1998) defendem que o manual é um instrumento impresso e estruturado de forma intencional para criar um processo de aprendizagem.

Já Rego et al. (2010) afirmam que o manual escolar é o primeiro recurso educativo que, numa sociedade que procura uma educação de qualidade, está acessível para todos os alunos, independentemente das diferenças culturais, dos estratos socioeconómicos ou do espaço geográfico onde vivem. Este aspeto demonstra a importância que os manuais escolares assumem na escolarização.

De facto, são vários os conceitos que o “manual escolar” possui, mas a sua importância no ensino e na aprendizagem é reconhecida por muitos, é “o recurso mais utilizado em todos os tempos e em todos os países” (Sebarroja, 2001, p. 86). Podemos assumir como um dos instrumentos principais, pois serve “como mediador entre o programa e os alunos, conservando o seu foco central nas práticas pedagógicas” (Igreja, 2004, p. 1).

Também Carvalho e Fadigas (2009) reforçam essa ideia, evidenciando que o manual escolar tem uma grande importância e é o instrumento mais utilizado pelos professores.

Para além de ser o instrumento mais utilizado pelos professores, por vezes também é o principal ou até mesmo o único utilizado nas aulas. Muitos professores consideram que a aula é indissociável da presença do manual, pois ele “determina os conteúdos de aprendizagem, estrutura o ritmo de trabalho entre o tempo de explicação das matérias e a realização de tarefas de aplicação e/ou desenvolvimento de conhecimentos e define os instrumentos de avaliação do aprendido” (Igreja, 2004, p. 1).

Assim, é possível reconhecer que o manual escolar é um instrumento com uma importância crucial no ensino e é um transmissor de “valores afetivos, estéticos, sociais, intelectuais e espirituais” (Magalhães, 1999, p. 145).

## **2. Contextualização do manual escolar em Portugal**

Ao longo dos anos e, particularmente, em Portugal o conceito de “manual escolar” já passou por várias fases tendo em conta as alterações que foram feitas na educação ao nível de políticas educativas, de programas, do ensino e tudo o que está associado a este. O manual escolar sofreu “mudanças, fruto de alterações nas políticas educativas, nos programas e nas próprias concepções do ensino e das expectativas da sociedade em relação à função da escola” (Afonso, 2014, p. 23).

Durante algumas décadas existia apenas o “livro único” por classe, compreendendo as matérias de todas as disciplinas. Durante o Estado Novo e até aos anos setenta a utilização do manual era controlada pelo Estado onde apenas havia um para cada disciplina: “o estado controlava todo o processo, desde a aprovação de um projeto

educativo até ao projeto editorial, passando ainda por um controle que compreendia a chancela do estado e a remuneração do exemplar” (Carvalho, 2006, p. 14)

Este livro entrou em vigor a partir de 1936 apenas para o ensino primário, sendo adotado para os outros ensinos mais tarde, como o ensino liceal e o ensino técnico. Naquela altura segundo Tormenta (1996) o manual era considerado de cariz obrigatório que fica guardado na memória de toda a infância e juventude, mas, por outro lado, também representa um sistema caduco com umas páginas acinzentadas. Já para os professores “é o seu guia, espiritual e não só, o seu programa oficial, a sua profissão entre muralhas e ruínas”. (Tormenta, 1996, p. 42)

Só após o regime democrático ser instaurado a 25 de abril de 1974 em Portugal é que houve mudanças. O controlo sobre os manuais foi anulado dando lugar à liberdade editorial, deu-se assim a extinção do “livro único” e passou a existir o “livro escolar” que permitiu a adoção de vários manuais para cada disciplina e que ficou ao encargo dos professores e das escolas. Foi a partir de então que surgiu a primeira definição de manual publicada na Portaria n.º 572/79 (1979) sendo ela “o instrumento de trabalho que permita a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades e atitudes definidas pelos programas aprovados” (Portaria n.º 572/79, 1979, p. 2774). No ano seguinte, em 1980, saiu uma nova portaria com um novo conceito de manual escolar e mais completo. De acordo com Portaria n.º 583/80 (1980)

o instrumento de trabalho individual, constituído por um ou mais volumes, que contribui para a aquisição de conhecimentos e para o desenvolvimento de capacidades e atitudes definidas pelos objetivos dos programas em vigor, contendo a informação básica necessária às exigências das rubricas programáticas. Supletivamente o manual escolar poderá conter elementos para o desenvolvimento de actividades de aplicação e avaliação da aprendizagem efectuada. (p. 2598)

Nesta definição concluímos que o manual escolar tem de estar de acordo com os objetivos do programa para que os alunos consigam adquirir os conhecimentos previstos

e também desenvolver as suas capacidades e atitudes. Eventualmente as atividades de aplicação para consolidação dos conhecimentos e avaliação das aprendizagens poderão constar no livro auxiliar. A definição do mesmo é apresentada pela primeira vez na Portaria n.º 542/81, assim entende-se por livro auxiliar “o instrumento de trabalho individual ou colectivo que, não sendo obrigatório, visa a aplicação e avaliação de aprendizagens efectuadas, podendo estar ou não relacionado com um determinado manual escolar” (Portaria n.º 542/81, 1981, p. 1556). Portanto,

o manual escolar deve estar de acordo com os objetivos dos programas nas suas dimensões de aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de capacidades e atitudes e, facultativamente, poderá apresentar atividades de consolidação e avaliação das aprendizagens porque essas atividades poderão ser remetidas para o livro auxiliar. (Afonso, 2014, p. 24)

Posteriormente é publicada a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro) em 1986 onde é aprovado o alargamento da escolaridade obrigatória e também é referido uma nova definição de manual escolar: “Todo o instrumento de trabalho impresso e estruturado que se destina ao processo de ensino-aprendizagem, apresentando uma progressão sistemática quanto aos objetivos e conteúdos programáticos e quanto à sua própria organização da aprendizagem” (Decreto-Lei 57/87, 1987, p. 399).

Segundo Afonso (2014), no final da década de 80 do século XX, inicia-se a produção de um documento orientador para uma reorganização curricular a ser posta em prática a partir de 2001/2002 para o 1.º e 2.º ciclos e de 2002/2003 para o 3.º ciclo do ensino básico. Nesses documentos consta uma definição de manual escolar, que segundo Tormenta (1996) é

Um instrumento de trabalho individual que contribui para a aquisição de conhecimentos e para o desenvolvimento das capacidades e atitudes definidas pelos objetivos dos programas em vigor, contendo a informação básica necessária às exigências das rubricas programáticas. Supletivamente o manual escolar

poderá conter elementos para o desenvolvimento de atividades de aplicação e avaliação da aprendizagem efetuada. (p.56)

Nesta definição o manual é referido como instrumento de trabalho individual pela primeira vez, assim como as atitudes e a informação básica. Já as atividades de aplicação e avaliação constam na definição de manual, mas anteriormente era uma função do livro auxiliar o que nos indica que estas podem fazer parte de ambos. Também nos documentos já referidos em cima consta a definição de livro auxiliar que reforça a importância do manual escolar que, segundo Tormenta (1996), é uma ferramenta de trabalho não obrigatória que valoriza o reforço das aprendizagens, mas o foco principal é o manual escolar.

Já o Decreto-Lei n.º 369/90 (1990), que vigorou durante alguns anos, define o manual escolar como:

O instrumento de trabalho impresso, estruturado e dirigido ao aluno, que visa contribuir para o desenvolvimento de capacidades, para a mudança de atitudes e para a aquisição de conhecimentos propostos nos programas em vigor, apresentando informação básica correspondente às rubricas programáticas, podendo conter elementos para o desenvolvimento de atividades de aplicação e avaliação efetuada. (p. 4836)

Em comparação com definições anteriores podemos constatar que não é referido como instrumento de trabalho individual, é apenas dirigido ao aluno com foco nas atitudes e nos conhecimentos. O manual pode conter atividades de aplicação de conhecimentos e de avaliação, que antes encontrávamos nas funções do livro auxiliar. Assim, podemos concluir que o foco é o aluno, sendo este o principal utilizador, e, portanto, o manual deve estar centrado nas suas aprendizagens apesar de este não ser o único recurso didático-pedagógico, “mas ganha estatuto privilegiado na mediação entre as orientações programáticas e a gestão do processo ensino-aprendizagem, pois o diploma legal admite que os professores possam recorrer a outros recursos educativos e fontes de informação facilitadores da ação educativa” (Afonso, 2014, p.26).

Como consequências das reformas no ensino básico e no ensino secundário as leis vão sendo alteradas e atualizadas, por consequência disto a definição de manual sofreu significativas alterações e ganha uma vertente mais ampla e abrangente no Decreto-Lei n.º 47/2006 (2006):

“Manual escolar” o recurso didático-pedagógico relevante, ainda que não exclusivo, do processo de ensino e aprendizagem, concebido por ano ou ciclo, de apoio ao trabalho autónomo do aluno que visa contribuir para o desenvolvimento das competências e das aprendizagens definidas no currículo nacional para o ensino básico e para o ensino secundário, apresentando informação correspondente aos conteúdos nucleares dos programas em vigor, bem como propostas de atividades didáticas e de avaliação das aprendizagens, podendo incluir orientações de trabalho para o professor. (p. 6213)

Nesta definição o manual escolar é considerado como um recurso didático-pedagógico, aludindo que não é exclusivo, ou seja, podem ser usadas outras fontes de informação e recursos disponíveis proporcionando diferentes formas de adquirir conhecimentos. O trabalho autónomo do aluno assume uma importância através das atividades que proporcionam a construção de conhecimentos e avaliação de competências. Também se pode verificar que o manual escolar pode conter orientações de trabalho para o professor.

Também na mesma lei, Decreto-Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto, é possível encontrar a definição de “recursos didático-pedagógicos” que se entende por:

Os recursos de apoio à ação do professor e à realização de aprendizagens dos alunos, independentemente da forma de que se revistam, do suporte em que são disponibilizados e dos fins para que foram concebidos, apresentados de forma inequivocamente autónoma em relação aos manuais escolares. (Decreto-Lei n.º 47/2006, 2006, p. 6213)

Assim, é possível verificar que desde o primeiro conceito de “livro único” em 1936 até à definição de “manual escolar” em 2006 podemos compreender que houve avanços significativos e importantes que acompanharam as mudanças que foram realizadas na educação.

### **3. Funções dos manuais escolares**

A importância do manual escolar como recurso didático-pedagógico no quotidiano escolar é elevada, apesar do peso que outros recursos associados às tecnologias têm atualmente tanto no universo escolar como no dia a dia. Rego et al. (2010) referenciam que

O manual escolar tem um papel essencial e incontornável enquanto recurso nos sistemas educativos. Mesmo com as potencialidades que a Sociedade da Informação e do Conhecimento oferece ao nível do acesso a uma diversidade de recursos, a importância do manual escolar, enquanto ferramenta centralizadora e condutora dos processos de ensino-aprendizagem, é amplamente reconhecida pelos vários actores do contexto educativo. (p. 5)

É importante reconhecer que o principal objetivo do manual centra-se em auxiliar ou facilitar as aprendizagens dos alunos, mas há um conjunto diverso de funções que estão divididas em duas categorias: as funções referentes ao desenvolvimento das competências dos alunos e às suas aprendizagens e as funções alusivas ao trabalho dos professores e ao ensino.

As funções referentes aos alunos, segundo Gérard e Roegiers (1998), são: a transmissão de conhecimentos, o desenvolvimento de capacidades e de competências, a consolidação das aquisições e aprendizagens, a avaliação das aquisições, a ajuda na integração das aquisições e, também, a educação social e cultural. Segundo Santo (2006), estas podem dividir-se em dois conjuntos fundamentais onde a transmissão de conhecimentos. A função de desenvolvimento de capacidades e de competências e a consolidação das aquisições e aprendizagens estão diretamente relacionadas com as “funções relativas ao aluno”, uma vez que estão orientadas para as aprendizagens

escolares. Já a avaliação das aquisições, a ajuda na integração das aquisições e a educação social e cultural estão associadas às “funções de ligação das aprendizagens à vida quotidiana e profissional” visto que articulam os interesses da escola com os do futuro cidadão.

Quanto às “funções relativas à aprendizagem escolar temos:

- a) a “transmissão de conhecimentos”, que é a função tradicionalmente mais conhecida e aquela que motiva mais críticas. Não se trata da mera repetição/replicação de conhecimentos, mas sim de estimular “um saber-fazer cognitivo” sobre esses mesmos conhecimentos/saberes, utilizando-os em diversos contextos de aprendizagem, sobretudo os escolares;
- b) o “desenvolvimento de capacidades e competências”, que remete para a aprendizagem de métodos e atitudes ou mesmo “hábitos de trabalho e de vida”;
- c) a “consolidação das aquisições”, uma função igualmente tradicional que visa o reforço dos conhecimentos adquiridos pelo aluno;
- d) a “avaliação das aquisições”, considerada indispensável em qualquer aprendizagem. (Gerard & Roegiers, 1998, as cited in Costa, 2015)

Já quanto às funções ligadas às aprendizagens da vida quotidiana e profissional temos:

- a) a “ajuda na integração das aquisições”, que é uma função essencial “com efeito, a ineficácia mais marcante nas aprendizagens escolares, especialmente no caso das populações mais desfavorecidas, manifesta-se muitas vezes na incapacidade de um aprendente em utilizar os saberes escolares numa situação apenas um pouco diferente das que se encontram na escola” (Gerard & Roegiers, 1998, p. 81). A integração pode ser “vertical” quando a conexão do saber e do saber-fazer estão a “montante” e a “jusante” de uma mesma disciplina; ou “horizontal” quando se trata da combinação de capacidades e de competências adquiridas através de diversas disciplina;
- b) a função de “referência”, podendo o manual ser o instrumento a que o aluno recorre para referenciar uma informação exata e precisa (seja uma fórmula química, uma data histórica ou uma regra ortográfica);

- c) a função de “educação social e cultural” respeitante a todos os deveres ligados ao comportamento, às relações interpessoais e à vida na sociedade em geral. (Gerard & Roegiers, 1998, as cited in Costa, 2015)

Quanto às funções alusivas ao trabalho dos professores e ao ensino, a principal deve forçar-se na formação e o manual é um instrumento que deve auxiliar o docente de forma a contribuir para uma inovação pedagógica:

- a) a função de “informação científica geral”, que fornece ao professor conhecimentos indispensáveis sobre as matérias disciplinares, complementos de informação, etc.;
- b) a função de “formação pedagógica” ligada à disciplina, contribuindo para a formação contínua do professor com vista à sua atualização didática e renovação pedagógica;
- c) a função de “ajuda na avaliação” das aquisições, considerando o manual como um instrumento de avaliação formativa, auxiliando na análise de erros e propondo adequadas pistas de remediação. (Gerard & Roegiers, 1998, as cited in Costa, 2015)

Com isto podemos compreender que os manuais não são concebidos exclusivamente para os alunos, mas também para o uso dos professores. São estes que determinam o que acontece em contexto de sala de aula e, por isso, o manual é o recurso mais utilizado na prática letiva. “De facto os manuais escolares são predominantemente utilizados na organização e execução das aulas, surgindo assim, para o professor, no momento da planificação e no momento da execução” (Gonçalves, 2011, p. 32). Enquanto os professores planificam as suas aulas dão enfoque ao manual como guia de estruturação e organização das aulas e, por vezes, não tanto aos documentos curriculares em vigor, tais como as aprendizagens essenciais e as metas curriculares. Para além dos manuais, também procuram usar outros recursos didáticos e numa era com muitos avanços digitais cada vez mais existe uma propagação de fontes de informação e de melhores condições de acesso a essas fontes. Podemos concluir que o manual “parece pois, apresentar-se como um guião de trabalho para alunos e professores, um referencial para o processo ensino-aprendizagem não inviabilizando a utilização de “outros recursos didático-

pedagógicos” (Afonso, 2014, p. 32). Ainda assim, o manual escolar continua a prevalecer e a ser utilizado tanto pelos professores como pelos alunos.

### **CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA**

No presente capítulo, inicialmente, é apresentada a questão de partida e os respetivos objetivos definidos para a investigação. De seguida é feita uma breve caracterização da investigação qualitativa, assim como a técnica de recolha de dados utilizada, o instrumento de recolha de dados, finalizando o capítulo com as técnicas de análise de dados e os procedimentos adotados.

Durante o estágio curricular realizado no 2.º CEB foi possível observar o funcionamento das aulas e da forma como as mesmas são planeadas e organizadas. No seu decorrer foi notório o papel que os manuais escolares ainda assumem nos dias de hoje, mas também foi notória a importância que, cada vez mais, os recursos didático-pedagógicos têm dentro da sala de aula dado à evolução dos meios digitais. Uma vez que há uma utilização de ambos, manual e outros recursos didático-pedagógicos, e os alunos têm um interesse pelos meios digitais considerou-se relevante compreender se os professores ainda consideram importante o uso do manual escolar resultando na formulação da seguinte pergunta de partida: “Quais as perceções que os/as professores/as têm dos manuais escolares e da sua utilização em História e Geografia de Portugal?”. De forma a delinear o percurso da pesquisa, formularam-se um conjunto de objetivos específicos que passam por: identificar os diferentes recursos utilizados nas aulas de História e Geografia de Portugal; compreender os procedimentos e os critérios de adoção do manual escolar; conhecer o papel do manual escolar na gestão dos conteúdos de História e Geografia de Portugal; recolher informação sobre o impacto da digitalização na transformação e utilização do manual escolar; e, por fim, obter uma apreciação da/o entrevistada/o sobre o uso dos manuais escolares.

Para a realização deste estudo optou-se por uma investigação qualitativa, uma abordagem de pesquisa que se centraliza na compreensão aprofundada e na interpretação dos fenómenos sociais, culturais e humanos. Como Amado (2014) refere é uma investigação que “permanecerá sempre em torno do mundo subjetivo do ou dos participantes da sua pesquisa” (p. 12) de forma a entender as perceções que estes têm sobre o tema a ser estudado. É, portanto, uma investigação que se foca em dar voz aos intervenientes de forma a “contribuir para o melhoramento das situações e para a resolução dos problemas existentes no contexto” (Amado, 2014, p.15).

A investigação qualitativa detém uma variedade de estratégias de investigação, mas para a realização deste estudo a que melhor se enquadrava era o estudo de caso. Este envolve uma investigação detalhada e aprofundada de um caso específico, seja um indivíduo, grupo, organização, evento ou fenómeno, tal como refere Aires (2011) “consiste num exame detalhado de uma situação, sujeito ou acontecimento” (p. 21). É uma abordagem flexível e pode ser adaptado para diferentes contextos de pesquisa, permitindo uma compreensão profunda e contextualizada de fenómenos complexos. É particularmente útil em situações onde se procura explorar aspetos particulares de um caso específico ou quando se pretende gerar teorias a partir de observações detalhadas da realidade. Neste caso em específico tem a intencionalidade de entender as perspetivas de professores em relação aos manuais escolares de HGP. Como refere Yin (1994) “um estudo de caso é uma investigação que se baseia principalmente no trabalho de campo, estudando uma pessoa, um programa ou uma instituição na sua realidade, utilizando para isso, entrevistas, observações, documentos, questionários e artefactos” (*as cited in* Martins, 2006)

Assim, para realizar a investigação é necessário evocar as técnicas de recolha de dados uma vez que estas são necessárias para obter informações detalhadas e contextualizadas sobre o fenómeno em estudo. Existem vários tipos que podem ser utilizados, tais como as observações, as entrevistas, os questionários e a análise de documentos. Para este estudo utilizou-se o principal método de recolha de informação nas investigações qualitativas, a entrevista. Esta tem como objetivo compreender em profundidade as experiências, perspetivas, opiniões e sentimentos dos participantes e baseia-se numa conversa com objetivos definidos de forma a recolher a informação desejada por parte dos entrevistados, pois “é um dos mais poderosos meios para se chegar ao entendimento dos seres humanos e para a obtenção de informações nos mais diversos campos” (Amado, 2014, p. 209). Porém, há vários tipos de entrevistas e estes são classificados quanto à sua estrutura, assim temos a entrevista estruturada ou diretiva, a entrevista semiestruturada ou semidiretiva, a entrevista não estruturada ou não-diretiva e, por fim, a entrevista informal-conversação.

Tendo em conta a natureza e os objetivos deste estudo optou-se pela entrevista semiestruturada uma vez que é um tipo de entrevista que permite a liberdade de opinião

e de expressão, onde o pesquisador elabora um conjunto de questões previamente definidos através de um guião, mas permite ao entrevistado ter uma grande liberdade de resposta. Assim, segundo Pacheco (1995) o entrevistador deve “não limitar as respostas aos entrevistados, deixando-os expor livremente de acordo com a questão previamente formulada, e esclarecer os quadros de referência utilizados pelos mesmos, levando-os a esclarecer conceitos e situações concretas” (p. 88).

Para prosseguir à realização das entrevistas foi necessário deter um guião (apêndice II e III) já existente, elaborado pelo orientador deste relatório, Dr. Luís Mota, e testado numa investigação também realizada pelo mesmo sobre a perceção dos professores sobre a utilização dos manuais escolares. Para este estudo recorreu-se à organização em blocos temáticos, dentro dos quais se inserem os objetivos que se pretende alcançar, as questões orientadoras e as perguntas de aferição, utilizadas apenas quando o entrevistado não atingir o pretendido ou de forma a completar o que foi dito. Quanto à organização em blocos, o guião foi dividido em 6 blocos. O primeiro bloco diz respeito à legitimação da entrevista, centrando-se na explicação dos objetivos do estudo, de que forma se iria processar a entrevista, nomeadamente a gravação da mesma garantindo o anonimato. O segundo bloco referente à utilização de recursos nas aulas de HGP tem como objetivo identificar os diferentes recursos utilizados nas aulas de HGP. O terceiro bloco corresponde aos procedimentos de adoção do manual escolar onde se pretende compreender procedimentos e critérios de adoção do mesmo. O quarto bloco aborda o manual escolar e a gestão curricular tendo como principal objetivo coligir dados sobre o papel do manual escolar na gestão dos conteúdos de HGP, nomeadamente como se processa a planificação de conteúdos, como é utilizado o manual escolar e o respetivo caderno de atividades em sala de aula e a perspetiva dos docentes em relação à organização do mesmo. O quinto bloco trata o manual escolar e o processo de digitalização com o intuito de recolher informação sobre o impacto da digitalização na transformação e utilização do manual escolar. Para terminar, o último bloco, a síntese e a meta-reflexão sobre a entrevista, pretende colher uma apreciação da/o entrevistada/o sobre o uso dos manuais escolares e também captar o sentido que a entrevistada dá à própria situação da entrevista.

Ao efetuar as entrevistas foi necessário proceder à gravação das mesmas com o auxílio de um gravador de áudio de forma a facilitar o trabalho de recolha de dados e o seu tratamento.

Para a realização do estudo foi necessário escolher quem entrevistar e “deve tratar-se de pessoas que pela sua experiência de vida quotidiana, pelas suas responsabilidades, estatuto, etc., estejam envolvidas ou em contacto muito próximo com o problema que se quer estudar” (Amado, 2014, p. 214). Assim, utilizou-se uma amostra de conveniência composta por três docentes que aceitaram colaborar neste estudo, todas pertencentes ao mesmo grupo de recrutamento, 200 – Português e Estudos Sociais/História, de um dado agrupamento. As docentes são todas do sexo feminino, duas pertencem ao quadro de escola e já contam com mais de vinte anos de ensino, e a outra leciona pela primeira vez no agrupamento, tendo terminado o seu mestrado em 2014 e ingressado há 9 anos na docência. As mesmas lecionam num agrupamento diferente do agrupamento onde foi realizado o estágio curricular, dado que o estudo foi iniciado após o término deste e após o início da docência. Assim, este agrupamento do estudo está localizado na zona sul e litoral do país, conta com um total de 707 alunos desde o pré-escolar até ao 3.º CEB, onde uma percentagem significativa são alunos estrangeiros. É o único agrupamento do concelho e é constituído por três escolas - a escola sede, que alberga o pré-escolar e todos os ciclos, e duas escolas localizadas nas freguesias ao redor, onde apenas existe pré-escolar e 1.º. CEB.

Após a realização das entrevistas procedeu-se à categorização, uma técnica comum que envolve a organização dos dados em categorias e subcategorias, criando uma estrutura hierárquica que facilita a interpretação e análise dos resultados. De forma a proceder à análise de conteúdo, iniciou-se pela transcrição das entrevistas e, de seguida, a categorização. Para facilitar este processo, antes da categorização, foi criado um mapa concetual (apêndice IV) através do guião de entrevista com um esboço das áreas temáticas, categorias, subcategorias e possíveis indicadores. Após terminar o processo de categorização, contruíram-se as matrizes de redução de dados (apêndice V) organizadas em categorias, subcategorias, indicadores e unidades de registo.

## **CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS**

No último capítulo encontra-se a apresentação e a análise dos resultados recolhidos através das entrevistas semiestruturadas realizadas a três professoras do 2.º Ciclo do Ensino Básico de Português e História e Geografia de Portugal. A apresentação e análise de dados parte de um mapa conceptual e uma matriz de redução de dados que foram criados através da análise de conteúdo das entrevistas. Primeiramente é apresentado o mapa que se encontra dividido em categoria, subcategorias e indicadores. De seguida, os dados são apresentados e analisados por subcategorias com base na matriz de redução de dados.

### **Análise das entrevistas**

As entrevistas (apêndice IV) realizadas às três professoras têm como finalidade conhecer as perceções que as mesmas têm em relação à importância dos manuais escolares em HGP. Em resultado da análise às entrevistas originou-se a concretização de um mapa conceptual (apêndice V) que proporcionou uma análise às entrevistas dirigidas às três professoras participantes e que está na base da matriz de redução de dados (apêndice VI). O mapa está organizado por categorias seguindo uma lógica e estão designadas por “manuais escolares”, “recursos” e “gestão curricular”, que se desdobram em subcategorias (tabela 1).

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Indicadores</b>
<b>Manuais escolares</b>	Adoção	Seleção
		Critérios
	Critérios	Organização e método
		Informação e comunicação
		Características materiais
		Projeto Educativo
	Utilização em sala de aula	Justificação
		Atividades
		Exploração de recursos
		Texto informativo
		Síntese
	Caderno de atividades	Usos
		Em casa
		Em aula
	Manuais digitais	Vantagens
Desvantagens		
Consequências		
<b>Recursos</b>	Utilização	Tipos
		Obtenção
		Editoras
		Recursos do manual
<b>Gestão curricular</b>	Planificação de conteúdos	Tipos
		Conceção
		Aprendizagens essenciais

Tabela 1 - Mapa concetual

Na primeira categoria, manuais escolares, encontramos cinco subcategorias, tais como a adoção, os critérios, a utilização em sala de aula, os cadernos de atividades e os manuais digitais. Na segunda, recursos, apenas se concentra uma subcategoria, a utilização. E, por fim, na última categoria, gestão curricular, encontra-se a planificação de conteúdos como subcategoria.

Através da matriz de redução de dados é possível explicitar a análise realizada, assim esta inicia-se pela subcategoria “adoção” referente aos manuais escolares.

### **1ª Categoria – Manuais escolares**

Categoria	Subcategoria	Indicadores	Unidade de registo
Manuais escolares	Adoção	Seleção	<p>“Através da reunião de departamento, é feita uma análise de todas as propostas e é escolhido o manual que mais se adapta aos nossos alunos.” (D1)</p> <p>“São analisados a nível de departamento os vários que nos dão para avaliar, são preenchidos os questionários com os diversos critérios a nível pedagógico, a nível da organização, a nível de aspeto, a nível de peso até para os miúdos e depois selecionamos aquele que nos critérios encaixam num valor maior...” (D2)</p> <p>“Os manuais eu nunca participei nesse processo de apreciação e seleção, mas sei que normalmente é feito em departamento e é segundo os critérios da Direcção-Geral da Educação...” (D3)</p>
		Critérios	<p>“O tipo de linguagem, principalmente, as fontes, os recursos, (...) A estrutura... Por exemplo, o manual adotado tem dois volumes e também é importante, porque não é um peso tão grande na mochila...” (D1)</p> <p>“Eu acho mais relevante os critérios da correção pedagógica e da atratividade que o manual possa ter para os alunos desde que não descurem o conhecimento e a informação que tem que lá estar, porque muitos, às vezes, são tão atrativos que depois não dizem nada, portanto a informação que tem que estar tem que lá estar da forma mais agradável e atrativa para miúdos de 10/11 anos que são os nossos...” (D2)</p> <p>“A forma como está organizado, se apresenta uma organização adequada para os alunos, se desenvolve a autonomia deles, se as fontes desses manuais são fontes que eu considero pertinentes, se o tipo de questões são questões também adequadas para a idade deles e que promovem também um espírito crítico.” (D3)</p>

Tabela 2 - Recorte da subcategoria - Adoção

A primeira subcategoria centra-se em compreender como é realizado o processo de apreciação, seleção e adoção dos manuais escolares, mais concretamente quais são os procedimentos a realizar para a seleção e quais os critérios a que obedece essa escolha. Desta forma pretende-se entender como é realizado o processo da adoção e quem pode participar no mesmo.

Assim, analisando a subcategoria é possível constatar que todas as participantes são da mesma opinião, evidenciando que a adoção se concretiza através de uma reunião de departamento, mesmo a D3 que nunca participou numa escolha e adoção de manual escolar, mas que sabe como se procede. Na reunião são analisadas todas as propostas através dos questionários com os diversos critérios e o escolhido é o que apresenta um valor maior (D2).

Quanto aos critérios verifica-se que cada docente elenca vários critérios a ter em conta na adoção, embora que tenham aspetos em comum, nomeadamente a estrutura, o peso, a organização, as fontes e os recursos (D1; D2; D3). Outro aspeto também mencionado por D2 foca-se na atratividade do manual para os alunos e defende que um manual pode ser muito atrativo, mas que a informação que consta tem de ser coerente, de acordo com a faixa etária do público-alvo que, neste caso, são crianças entre os 10 e 11 anos.

Este procedimento da adoção dos manuais escolares envolve um processo organizado e regulamentado pelo Ministério da Educação (ME) que estabelece diretrizes sobre os conteúdos e as competências que os manuais devem abranger de forma a que os livros utilizados nas escolas públicas e privadas estejam alinhados com o currículo nacional e atendam aos critérios de qualidade pedagógica. Assim, o regime de avaliação e adoção de manuais escolares é definido pela Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 5/2014, de 14 de janeiro, e pela Portaria n.º 81/2014, de 9 de abril. Nestes documentos consta que a adoção de manuais escolares é da competência do Conselho Pedagógico do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, sob proposta dos departamentos curriculares em que se integre a disciplina, neste caso HGP, devendo ser devidamente fundamentada em grelhas de apreciação (apêndice VII) elaboradas para o efeito pelo ME. As mesmas encontram-se na página eletrónica da Direção-Geral da Educação (DGE) e são de preenchimento obrigatório. Nas grelhas contém os critérios de apreciação constantes do Sistema de Informação de Manuais Escolares que devem ter em conta para a adoção, bem como a sua adequação ao projeto educativo do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada. Assim, os docentes devem proceder à análise de cada manual escolar à luz dos critérios de apreciação, de seguida devem realizar uma comparação dos resultados obtidos na apreciação dos diferentes manuais analisados e a

ponderação dos mesmos e, por fim, selecionam e adotam o manual escolar que se revelar mais adequado ao contexto educativo.

A adoção dos manuais tem um período de vigência de seis anos, devendo ser idênticos ao dos programas das disciplinas a que se referem.

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Unidade de registo</b>
Manuais escolares	Critérios	Organização e método	“Um manual bem organizado, com informação científica correta e adequada ao nível ou ao ano escolar, que seja apelativo e que tenha boas fontes históricas” (D3)
		Informação e comunicação	“Tem que ser a tal informação certificada, correta que tenha o essencial e que não deixe coisas básicas tidas como se pormenores fossem e que não figurem lá e deveriam ter...” (D2)
		Características materiais	“Ultimamente considero muito importante o peso, portanto manuais que são divididos em dois volumes para facilitar a vida das criancinhas que transportam 10 ao dia acho que sim...” (D2)
		Projeto Educativo	“Quando escolhemos o manual, escolhemos o manual de acordo com o projeto educativo e às vezes a mudança entre um e o outro não bate certo no tempo, portanto não quer dizer que todos os manuais que nós estamos a utilizar sejam assim tão adequados em todo o tempo que vigora um projeto educativo...” (D2)

Tabela 3 - Recorte da subcategoria - Critérios

Como já referido anteriormente, para a adoção dos manuais escolares é necessário proceder a uma análise prévia com uns critérios específicos que são regulamentados pelo ME. A segunda subcategoria foca-se nos múltiplos critérios de apreciação, seleção e adoção de manuais escolares e quais são as características que definem cada uma das quatro componentes globais – organização e método, informação e comunicação, características materiais e projeto educativo. Assim, ao analisar esta subcategoria pretende-se compreender o que as docentes consideram, no seu entender, que seja mais relevante em cada um destes critérios.

No que concerne à organização e método, D3 menciona que o manual deve apresentar uma boa organização, onde a informação científica deve ser correta e de forma adequada ao ano escolar e respetiva faixa etária, considerando também a importância de boas fontes históricas. Embora que, segundo os critérios, há mais aspetos a considerar. Assim, na componente organização e método deverão ser tidas em conta as seguintes componentes específicas: apresentar uma organização coerente e funcional; apresentar uma organização adequada aos alunos; explicitar etapas essenciais para a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades; motivar para o conhecimento; contemplar sugestões de atividades de caráter prático/experimental; estimular a autonomia e o sentido crítico.

Quanto à informação e comunicação, D2 refere que a importância desta passa pela informação certificada e correta, ou seja, um conhecimento exato e relevante que esteja de acordo com as orientações dos documentos curriculares, e que tenham em linha de conta aspetos fulcrais que não sejam tratados como “pormenores” irrelevantes. Esta componente foca-se então nas seguintes componentes específicas: respeitar as orientações constantes dos documentos curriculares e outras orientações gerais do ME; ter em conta as orientações curriculares: veicular conhecimento correto e conhecimento relevante; promover a educação para a cidadania, nomeadamente não apresentando discriminações de caráter cultural, étnico, racial, religioso e sexual, e respeitando o princípio da igualdade de género; apresentar uma organização gráfica que facilita o seu uso; apresentar ilustrações corretas, necessárias e adequadas aos conteúdos e às atividades propostas.

As características materiais incidem-se sobre a robustez, o formato, as dimensões, o peso e a reutilização do manual e, nesta subcategoria, as entrevistadas recaíram apenas no peso do mesmo atribuindo-lhe muita importância, “ultimamente considero muito importante o peso” (D2). Defenderam que as crianças transportam muitos livros por dia e conseqüentemente andam com muito peso na mochila o que não é viável para a saúde das mesmas. Apesar de só referirem um único aspeto, há três componentes específicas que devem ser tidas em conta, tais como: apresentar robustez para resistir à normal utilização; o formato, as dimensões e o peso do manual (ou de cada um dos seus volumes) serem adequados ao nível etário do aluno; permitir a reutilização.

Já a última subcategoria foca-se na adequação dos manuais escolares ao Projeto Educativo da escola e D2 afirma que, quando procedem à escolha do manual escolar, esta tem em conta o Projeto Educativo, embora que na prática nem sempre correspondem uma vez que a mudança dos manuais escolares é feita de seis em seis anos e o projeto educativo é de quatro em quatro, ou seja, o tempo de aplicação de ambos acaba por, em alguns momentos, ser desfasado. Ainda assim, para que o manual seja adequado ao Projeto Educativo em voga aquando da adoção deve obedecer a duas componentes específicas, são elas: a adequação às características da comunidade escolar e a revelar-se adequado ao contexto educativo.

Após analisar todos os indicadores verifica-se que os docentes consideraram, pelo menos, um aspeto mais relevante nas diferentes subcategorias, indo assim ao encontro das componentes específicas das quatro componentes de análise globais.

Categoria	Subcategoria	Indicadores	Unidade de registo
Manuais escolares	Utilização em sala de aula	Justificação	<p>“Muito pouca (...) o manual é um apoio para eles. Dentro da sala de aula procuro diversificar os materiais.” (D1)</p> <p>“Porque é uma fonte de apoio ao conhecimento que queremos que os alunos adquiram, é a base material mais viável, mais visível, mais agradável, mais manuseável para trabalharem e o caderno de atividades para apoiar em termos de exercícios...” (D2)</p> <p>“Primeiro, porque acho que é um recurso indispensável, justamente porque é nele que estão todos os conteúdos e todas as supostas aprendizagens essenciais que eles têm que ter em cada ano e porque depois é uma ferramenta que os alunos podem utilizar em sala de aula e podem utilizar em casa e que também ao nível do meu trabalho pessoal me facilita muito trabalho e me permite aceder a atividades e tarefas que façam cumprir com a minha planificação.” (D3)</p>
		Atividades	<p>“Normalmente é análise de algum documento que esteja no manual” (D1)</p> <p>“Leitura, observação de imagens, de mapas, de textos, de gráficos, exercícios...” (D2)</p>
		Exploração de recursos	<p>“Depende da turma e depende dos dias. Umas vezes é uma leitura prévia e depois uma explicação e exercícios... outra vez é</p>

			exatamente ao contrário. Vamos tentar fazer os exercícios através da leitura e observação dos recursos que lá estão e vamos descobrir e chegar à explicação final para ver se bate certo com o que achávamos que era.” (D2)
		Texto informativo	“Sim, mas estou a pensar, por exemplo, no manual que nós usamos agora. Não estamos a lê-lo na aula, mas como eu costumo dizer “vocês todos sabem ler”. Então damos aula com recurso a tudo e mais alguma coisa, desde a explicação aos visionamentos, às perguntas deles, a tudo o que seja. E não quer dizer que seja sempre, mas na maior parte dos casos a leitura do tal texto informativo que está lá, é feita pelos alunos em trabalho autónomo.” (D2)
		Síntese	“Eu faço imensos esquemas e não quer dizer que os meus esquemas estejam no manual, são os tais do baú. E, às vezes, eles fazem sozinhos, sempre consultando o manual, mesmo que o esquema não seja do manual e, outras vezes, fazemos todos ao mesmo tempo e aí entra outra vez a história da particularidade de cada turma, há turmas que fazem muito bem sozinhos, há outros que precisam fazer par a par...” (D2)

Tabela 4 - Recorte da subcategoria - Utilização em sala de aula

A terceira subcategoria concentra-se em compreender como funciona a utilização do manual em sala de aula e pretende entender o porquê de o utilizar e com que frequência, as atividades que promove através dele, se são explorados diferentes recursos e como, como é explorado o texto informativo e o que realizam com os alunos em momentos de síntese.

No que diz respeito à justificação da utilização do manual em sala de aula, podemos constatar que há diferentes pensamentos e formas de atuar. Assim, D1 começa por referir que a sua utilização em sala de aula é “muito pouca”, porque dentro da sala de aula procura “diversificar os materiais”, ou seja investe em outros recursos e não usa tanto o manual. Já D2 considera que o manual é “uma fonte de apoio ao conhecimento” e também que “é a base material mais viável, mais visível, mais agradável, mais manuseável para trabalharem”, demonstrando que dá muito valor ao uso do manual em sala de aula. Já D3 considera o manual “um recurso indispensável” alegando que é nele que se concentram todos os conteúdos que vão de acordo com as aprendizagens

essenciais, documento orientador, e ainda que é uma ferramenta fundamental dado a poderem utilizar tanto na sala de aula como em casa. Acrescentou ainda que o manual lhe “facilita muito trabalho” e que permite “aceder a atividades e tarefas que façam cumprir” com a planificação.

Ao analisar este indicador compreende-se que cada docente possui métodos de ensino próprios e adaptados ao seu estilo, experiência e às diferentes turmas com que trabalham. Enquanto há docentes que não têm um uso do manual tão frequente em sala de aula e que procuram outros métodos recorrendo a variados tipos de recursos que consideram ser mais viáveis, há outros que utilizam o manual com alguma ou até bastante frequência porque consideram que é um recurso indispensável. Com isto quem não o usa com tanta frequência ou quem procura outro tipo de recursos não é por desvalorizarem o manual como um bom recurso, mas porque “estas divergentes perspectivas de utilização do manual escolar estão associadas, naturalmente, diferentes opções metodológicas, distintos de métodos de ensino-aprendizagem e, a um outro nível de análise, opostas correntes pedagógicas” (Igreja, 2004, 1).

Quanto às atividades que são promovidas com recurso ao manual, D1 refere que, por norma, faz “análise de algum documento que esteja no manual”. Já D2 menciona que faz “leitura, observação de imagens, de mapas, de textos, de gráficos, exercícios...”. Isto demonstra que recorrem, com diferentes frequências, às diversas fontes que o manual tem e que desenvolvem a exploração das mesmas promovendo aprendizagens diferenciadas e essenciais para o aprendizado eficaz dos alunos.

No que concerne à forma como realizam a exploração de recursos do manual escolar D2 afirma que depende de alguns fatores como a turma e o dia. Deu como exemplo que “umas vezes é uma leitura prévia e depois uma explicação e exercícios” e “outra vez é exatamente ao contrário”. Acrescentou que realizam exercícios através da leitura e observação dos recursos e vão descobrindo até chegar à explicação final. Assim, após uma análise, é possível mencionar que, mais uma vez, podemos entender que a turma é o fator principal que deve ser tido em conta numa planificação para que seja o mais adequado possível aos alunos, como já referido anteriormente. Quanto à exploração dos recursos, verificou-se que esta pode ser realizada de diversas estratégias e práticas de forma que haja uma participação ativa dos alunos.

No que se refere ao texto informativo D2 refere que, de uma forma geral, a leitura é “feita pelos alunos em trabalho autónomo”, sendo que a aula é realizada “com recurso a tudo e mais alguma coisa”. Podemos compreender que a docente prioriza assim outros recursos ao invés da leitura em sala de aula do texto informativo, deixando-a para estudo e trabalho autónomo em casa, por exemplo.

No que diz respeito em momentos de síntese, D2 refere que recorre a esquemas, umas vezes criados por si, “os tais do baú” já referido anteriormente, outras vezes criados pelos alunos, “sempre consultando o manual”, ou criados em conjunto com a professora e os alunos. D2 acrescentou ainda que depende da “particularidade de cada turma”, tendo em conta que alguns “fazem muito bem sozinhos” e “há outros que precisam fazer par a par”. Estes momentos são fundamentais no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que ajudam os alunos a organizar as suas ideias e refletir sobre o que aprenderam.

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Unidade de registo</b>
Manuais escolares	Caderno de atividades	Usos	<p>“O caderno de atividades é mais para consolidação, revisões e trabalho autónomo.” (D1)</p> <p>“caderno de atividades para apoiar em termos de exercícios...” (D2)</p> <p>“Não uso como gostaria, porque acabo por não ter tempo para o fazer sob pena de não cumprir o programa, não é?” (D3)</p>
		Em casa	<p>“Eu tento mais que eles utilizem em casa como reforço e consolidação das aprendizagens e depois em caso de dúvidas ou para corrigir esses exercícios dedicamos uma parte da aula para o fazer...” (D3)</p>
		Em aula	<p>“Em sala de aula procuro não usar tanto, deixo esses recursos mais para trabalho autónomo e trabalho em casa, porque em sala de aula estou lá eu e procuro outros recursos... Isso é mais como apoio para o próprio aluno.” (D1)</p> <p>“Depende das turmas... Quando a turma é assim um bocadinho mais à frente, como nós costumamos dizer, nós conseguimos fazer na aula até... Quando a turma é mais lenta, quando é preciso mais tempo para as aprendizagens aí se calhar às vezes sobra mais o caderno de atividades para fazer o exercício em casa que se corrige depois na aula.” (D2)</p>

Tabela 5 - Recorte da subcategoria - Caderno de atividades

Os cadernos de atividades são um complemento aos manuais escolares, oferecem oportunidades de praticar e aplicar o que aprenderam em sala de aula de forma a consolidar os conhecimentos. Assim, esta subcategoria foca-se em compreender com que frequência é que os mesmos são utilizados e como, tanto em casa como na escola.

Quanto ao uso do caderno de atividades, há três opiniões diferentes. D1 refere que o usa para consolidação de conhecimentos, para revisões e para trabalho autónomo. Já D2 menciona que recorre ao seu uso como um apoio em termos de resolução de exercícios. Por fim, D3 referencia que não dá o uso que gostaria sob pena de não cumprir o programa. Podemos perceber que, de facto, o caderno de atividades proporciona mais momentos de reforço de aprendizagem e de estudo em que pode ser utilizado tanto na sala de aula como em casa, embora que em sala de aula por vezes se torne difícil o cumprimento do programa como D3 referenciou dado que os programas são extensos.

No que diz respeito ao uso do caderno de atividades em casa, D3 menciona que tenta que haja uma utilização em casa para reforço e consolidação das aprendizagens e em caso de dúvidas ou para correção dedicam uma parte da aula para o fazer. No que concerne ao uso do caderno de atividades em aula, D1 refere que em sala de aula não procura usar tanto considerando que é um recurso que se pode centrar no trabalho autónomo em casa e que em sala de aula procura usar outros recursos. Já D2 menciona que depende da autonomia e da velocidade de desempenho da turma, isto é, quando são mais rápidos é possível fazer na aula, quando não o são é realizado em casa e corrigido posteriormente em aula.

Após estas análises podemos compreender que o uso do caderno de atividades é mais usual em casa para reforço das aprendizagens que são realizadas em sala de aula e que também funciona como um instrumento para desenvolverem algum trabalho autónomo. Em sala de aula nem sempre é possível, mas depende, novamente, do ritmo da turma.

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Unidade de registo</b>
Manuais escolares	Manuais digitais	Vantagens	“Uma vantagem seria menos um peso na mochila.” (D1) “A vantagem lá vamos nós ao peso outra vez.” (D2)
		Desvantagens	“Em termos de escrever e ler não é a mesma coisa.” (D1) “Não vejo desvantagem nestes recursos digitais, pelo menos no manual...” (D3)
		Consequências	“Há uma série de competências como o pintar um mapa e interpretar, interpretar nem tanto, mas o pintar um mapa, por exemplo, ou um completar um texto que se não forem feitos à mão com lápis, borracha e por aí fora acho que se perde.” (D2)

*Tabela 6 - Recorte da subcategoria - Manuais digitais*

A quinta e última subcategoria, manuais digitais, procura conhecer a opinião das entrevistas sobre o tema e quais as vantagens e desvantagens do uso dos mesmos e também as consequências desse uso.

Quanto às vantagens, D1 e D2 referem uma única vantagem que é diminuir o peso nas mochilas dos alunos, uma vez que os alunos têm de carregar muitos livros dentro de uma mochila por dia. Este é um assunto de grande importância devido aos impactos na saúde das crianças, uma vez que pode provocar problemas de postura e dores. Assim, os manuais digitais facilitariam neste aspeto pois os alunos não teriam que suportar o peso dos livros todos os dias.

Já as desvantagens, D1 refere que “em termos de escrever e ler não é a mesma coisa”, porque considera que escrever e ler algo digital é diferente de ser em papel, mas D3 aponta que “não vejo desvantagem nestes recursos digitais, pelo menos no manual”.

No que diz respeito às consequências, D2 menciona que há um conjunto de competências que “se não forem feitas à mão com lápis, borracha e por aí fora” acabam por perder com o digital, tais como, por exemplo, pintar um mapa e completar um texto. Ou seja, a digitalização traz alguns benefícios, mas também pode resultar na perda ou no enfraquecimento de certas competências e, para isso, é necessário haver um equilíbrio no uso da tecnologia para que seja possível manter um conjunto diversificado de habilidades.

**2ª Categoria – Recursos**

Categoria	Subcategoria	Indicadores	Unidade de registo
Recursos	Utilização	Tipos	<p>“Uso o manual, fichas, uso a plataforma da <i>leya</i>.” (D1)</p> <p>“Utilizamos o próprio manual, o caderno de atividades, os recursos digitais que o livro tem e, na maior parte das vezes, vamos à procura de recursos desses de outros manuais e não daquele que está adotado. (...) Vídeos, <i>Powerpoints</i> e tudo e mais alguma coisa.” (D2)</p> <p>“<i>PowerPoints</i>, vídeos da escola virtual ou outros, mapas, documentos do manual, textos, (...) Gráficos sim, dependendo da matéria.” (D3)</p>
		Obtenção	<p>“No site da própria editora, na <i>leya</i>, na escola virtual ou na <i>leya</i> digital que são dos manuais que nós temos, ou feitos por mim, ou feitos por um colega que tenha passado para mim já há algum tempo e depois eles vão ficando, os anos são muitos, eles vão ficando, uns vão saindo, outros vão surgindo de novo...” (D2)</p> <p>“Essencialmente através das plataformas da escola virtual, da <i>leya</i> e do manual.” (D3)</p>
		Editoras	<p>“Normalmente quase de aula a aula.” (D2)</p> <p>“Várias aulas, utilizo muito os materiais das editoras.” (D3)</p>
		Recursos do manual	<p>“Também uso os recursos do manual.” (D1)</p> <p>“Fazem a análise de todos os recursos do manual, seja de imagens, seja de mapas, seja de textos, eles normalmente utilizam sempre a informação apresentada no manual nessas fontes e trabalhamos isso em sala de aula ou então fora da sala de aula e depois dou o feedback em sala de aula.” (D3)</p>

Tabela 7 - Recorte da subcategoria - Utilização

Os recursos usados no ensino têm evoluído significativamente ao longo dos anos, especialmente com a integração da tecnologia nas salas de aula. Assim, nesta segunda categoria, “recursos”, apenas se encontra uma subcategoria, a “utilização”, que se foca no uso que é dado aos diversos recursos.

Quanto aos tipos de recursos utilizados em sala de aula, podemos confirmar que são utilizados variados recursos tais como caderno de atividades, fichas, recursos digitais que os diversos manuais oferecem e não apenas do adotado, vídeos, *Powerpoints*, mapas,

documentos, textos e gráficos. Isto demonstra que, para além da utilização do manual, há uma necessidade de combinar diversos métodos e recursos que atendam às diferentes formas de aprendizagem de forma a criar um ambiente de aprendizagem dinâmico, interativo e motivador, ajudando a manter o interesse dos alunos enquanto facilita a absorção eficaz do conhecimento.

No que concerne à obtenção dos recursos digitais, são conseguidos de uma forma geral através das plataformas dos manuais, nomeadamente a aula digital ou a escola virtual, embora que D2 refere que também usa outros recursos elaborados por si ou por outro colega que vão sendo partilhados.

No que diz respeito ao uso dos recursos digitais fornecidos pelas editoras, D2 refere que usa “quase de aula a aula” e D3 refere que usa em “várias aulas” o que comprova que há uma utilização muito frequente deste tipo de recursos digitais em sala de aula. As editoras procuram fornecer diversos materiais de forma a tornar as aulas mais dinâmicas.

No que concerne à utilização dos recursos que se encontram no manual podemos verificar que tanto D1 como D3 utilizam os mesmos e D3 ainda referencia que os alunos, juntamente com a professora, “fazem a análise de todos os recursos do manual, seja de imagens, seja de mapas, seja de textos...” demonstrando que há uma preocupação em observar os recursos presentes nos manuais uma vez que estes contribuem para o processo de ensino-aprendizagem e esses elementos, quando bem integrados, podem tornar o conteúdo mais acessível, interessante e eficaz para os alunos.

### 3.ª categoria – Gestão curricular

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Unidade de registo</b>
Gestão curricular	Planificação de conteúdos	Tipos	“A médio prazo.” (D1) “Temos as de longo prazo e médio prazo a nível do departamento. E depois temos as do dia a dia que essas são pessoais. Não perdendo as outras de vista...” (D2) “A longo prazo que são as planificações anuais e a médio prazo também.” (D3)
		Conceção	“São feitas em departamento, depois com adaptações para cada turma, porque cada turma tem as suas especificidades.” (D1)

			“São realizadas a nível do departamento e discutidas também em grupo disciplinar...” (D3)
		Aprendizagens essenciais	“A partir das aprendizagens essenciais vamos para os conteúdos.” (D1)

Tabela 8 - Recorte da subcategoria - Planificação de conteúdos

A terceira e última categoria foca-se apenas numa subcategoria relacionada com o processo de planificação de conteúdos, nomeadamente nos tipos de planificação – longo, médio ou curto prazo, como são executadas e por quem e de que forma é que as planificações estão relacionadas com as aprendizagens essenciais. A planificação é um processo crucial para a organização e estruturação eficaz do ensino, pois garante que os objetivos sejam alcançados de maneira sistemática e progressiva.

No que diz respeito aos tipos de planificação, D1 refere que são realizadas “a médio prazo”, já D2 e D3 dizem a longo e médio prazo a nível de departamento. Embora que D2 também refira que ainda são realizadas as “do dia a dia” que já são mais pessoais. Assim, podemos concluir que são criadas planificações a longo e médio prazo para o ciclo de ensino e a curto prazo de forma mais específica para cada turma.

Quanto à conceção das planificações D1 e D3 referem que são realizadas em departamento, embora que depois seja necessário fazer as respetivas alterações consoante a turma em que estejam a ser aplicadas. Assim, as planificações a longo e médio prazo são realizadas a nível de departamento e, posteriormente, são criadas planificações a curto prazo para cada turma pelo docente da mesma.

No que concerne as aprendizagens essenciais, D1 refere que “a partir das aprendizagens essenciais vamos para os conteúdos”. Ou seja, as aprendizagens essenciais como documento fundamental do currículo nacional são a base para a construção das planificações.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente relatório foi dividido em duas partes. Na primeira parte é apresentado o contexto do estágio em 2.º CEB, nomeadamente a caracterização e a experiência significativa. A segunda parte é relativa ao desenvolvimento de uma investigação sobre as perceções que os professores têm sobre a importância dos manuais escolares de HGP perante uma era cada vez mais tecnológica.

Ao longo do decorrer do estágio curricular existiram momentos de observação das práticas pedagógicas que foram essenciais para compreender a dinâmica da turma, desenvolver habilidades profissionais e promover a reflexão crítica. Assim, foi possível verificar que o manual era o recurso mais utilizado em sala de aula e nem sempre havia o uso de outros recursos didático-pedagógicos, sendo também perceptível a dificuldade de concentração e motivação dos alunos. Por conseguinte e após várias reflexões, num dos momentos de intervenção foi planificado uma aula com diversos materiais proporcionando outras abordagens diferentes, tendo sido considerada como a experiência significativa. Aquando da sua implementação foi notável que a diversificação de recursos e fontes despertam a atenção dos alunos e, conseqüentemente, a sua participação.

O estudo da investigação deste relatório final surgiu com base na experiência significativa e pretendia compreender qual a perspetiva dos professores sobre a importância do manual escolar nos contextos atuais onde há uma evolução dos meios digitais e da oferta de recursos didático-pedagógicos. Deste modo, definiu-se a questão de partida “Qual a importância dos manuais escolares de HGP? Uma perspetiva dos professores.” e formularam-se cinco objetivos específicos, identificar os diferentes recursos utilizados nas aulas de História e Geografia de Portugal, compreender os procedimentos e os critérios de adoção do manual escolar, conhecer o papel do manual escolar na gestão dos conteúdos de História e Geografia de Portugal, recolher informação sobre o impacto da digitalização na transformação e utilização do manual escolar, e, por fim, obter uma apreciação da/o entrevistada/o sobre o uso dos manuais escolares.

No que ao primeiro objetivo diz respeito e perante este estudo é possível inferir que há uma diversidade de utilização de recursos em sala de aula e são eles o manual, o caderno de atividades, as fichas de trabalho, os recursos provenientes do manual, os *PowerPoints*, os vídeos, os mapas, os documentos, os textos e os gráficos. Entre estes

recursos apresentados, o manual é o recurso principal e aquele que mais é utilizado pelos docentes, mas é notório que há uma necessidade de diversificar os recursos para proporcionar aos alunos diferentes formas de aprendizagem, tornando assim a sala de aula num contexto mais dinâmico.

Para proceder à adoção do manual é necessário um conjunto de procedimentos e de critérios até este ser efetivamente utilizado em contexto de sala de aula. Percebeu-se que todas as entrevistadas mencionaram que a adoção é realizada em reunião de departamento, embora que na legislação vigore que a competência é do Conselho Pedagógico, sendo que a proposta parte dos departamentos curriculares em que se integre a disciplina. Para a adoção é necessário obedecer aos critérios específicos de apreciação que são regulamentados pelo ME, bem como a adequação ao Projeto Educativo do agrupamento de escola ou da escola não agrupada.

Neste estudo foi possível conhecer o papel do manual escolar na gestão dos conteúdos de HGP, sendo que há diferentes pensamentos e formas de atuar, pois cada docente tem o seu método e cada turma tem a sua especificidade. Assim sendo, é de notar que uma entrevistada referiu que em sala de aula procura usar outros recursos, enquanto as restantes usam o manual e consideram ainda um recurso indispensável, tendo em conta que é nele que se centram todos os conteúdos e que estão de acordo as aprendizagens essenciais.

No que concerne à digitalização na transformação e utilização do manual escolar evidenciou-se as vantagens, as desvantagens e também as consequências, sendo que a única vantagem que mencionaram está relacionada com o peso que os alunos têm de suportar nas mochilas, mas poderão existir outras que no momento não foram equacionadas. Quanto às desvantagens há opiniões divergentes, na medida em que uma não encontra desvantagens nos manuais digitais e a outra centra-se nas competências que se podem perder. Assim, o manual digital é um recurso que pode ser utilizado de diversas formas e proporcionando várias aprendizagens, mas necessita de um uso equilibrado.

Por fim, o último objetivo foca-se nas apreciações que as entrevistadas têm sobre o uso dos manuais escolares e podemos concluir que apesar de haver um uso de variados

recursos didático-pedagógicos o manual escolar continua a exercer um peso muito grande perante os outros, uma vez que é considerada uma ferramenta essencial na docência tanto para os professores como para os alunos. Ele é um transmissor de “valores afetivos, estéticos, sociais, intelectuais e espirituais” (Magalhães, 1999, p. 145).

Ao longo da realização deste estudo foram identificadas algumas limitações que dificultaram o desenvolvimento do mesmo. Um dos problemas focou-se em conseguir encontrar todos os conceitos de manuais escolares já existentes até então de diversos autores, tendo em conta que cada autor adota as caracterizações que acha mais relevante. Outra dificuldade foi na análise das entrevistas, nomeadamente em conseguir construir o mapa concetual de forma a dividir as categorias e subcategorias de forma a enquadrar a análise nas unidades de registo.

Através deste estudo pode surgir a possibilidade de realizar outras investigações mais aprofundadas com base nos resultados obtidos ou realizar uma continuação deste. Sendo o manual escolar um dos recursos didático-pedagógicos mais importantes seria interessante voltar a entrevistar as mesmas docentes daqui a uns a fim de perceber se mantém as mesmas perspetivas e/ou quais foram as mudanças. Outra possível investigação seria realizar o mesmo estudo em torno das perceções dos professores em relação aos manuais escolares, mas realizar uma comparação entre docentes perto do fim da carreira e com docentes no início da carreira, uma vez que havia uma diferença significativa entre as entrevistadas deste estudo e em alguns momentos notou-se que algumas ideias eram diferentes por esse motivo.

Assim conclui-se referindo que a presente investigação foi benéfica para o meu futuro profissional porque proporcionou um aprofundamento significativo do processo de adoção dos manuais escolares, nomeadamente quais os critérios a ter em conta, pois não possuía o conhecimento de todos. Também me permitiu refletir sobre a importância que os manuais escolares têm no contexto educativo e nas múltiplas potencialidades aliado a outros recursos didático-pedagógicos.

## **BIBLIOGRAFIA**

- Afonso, M.I. (2014). *O papel do manual de História no desenvolvimento de competências: um estudo com professores e alunos do ensino secundário*. [Tese de doutoramento, Instituto da Educação]. Repositório Aberto da Universidade do Minho.
- Aires, L. (2011). Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional. Universidade Aberta. Mar
- Amado, J. (2014). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Bénitez, M. P. (2000). *Historia de la educación* - Revista interuniversitária. Ediciones Universidad Salamanca.
- Carvalho, A. D. & Fadigas, N. (2007). O manual escolar no século XXI: Estudo comparado da realidade portuguesa no contexto de alguns países europeus. Observatório dos Recursos Educativos.
- Choppin, A. (1992). *Les manuels scolaires: Histoire et actualité*. Hachette Education.
- Choppin, A., & Bastos, T. (2012). O manual escolar: uma falsa evidência histórica - The school textbook: a falsely obvious historic fact. *Revista História Da Educação*, 13(27).  
<https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29026>
- Gérard, F. M. & Roegiers, X. (1998). *Conceber e avaliar manuais escolares*. Porto Editora.
- Gonçalves, J. (2011). O uso do manual escolar enquanto recurso promotor do desenvolvimento de competências históricas [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto.  
[http://aleph.letras.up.pt/F?func=find-b&find\\_code=SYS&request=000210522](http://aleph.letras.up.pt/F?func=find-b&find_code=SYS&request=000210522)
- Igreja, M. (2004). *A educação para a cidadania nos programas e manuais escolares de história e geografia de Portugal e História - 2.º e 3.º ciclos do ensino básico: da reforma curricular (1989) à reorganização curricular (2001)*. [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade do Minho.

- Lopes, N. (2019). Supervisão pedagógica: função do professor cooperante na escola durante o estágio. *Revista Practicum*, 4(1).
- Magalhães, J. (1999). *Manuais Escolares: Estatuto, Funções, História*. Universidade do Minho.
- Martins, V. N. P. (2006). *Avaliação do valor educativo de um software de elaboração de partituras: um estudo de caso com o programa Finale do 1.º Ciclo*. [Dissertação de Mestrado, Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho]. Repositório Aberto da Universidade do Minho.  
<https://hdl.handle.net/1822/6326>
- Pacheco, J. A. (1995). *O pensamento e a ação do professor*. Porto Editora.
- Rego, B., Gomes, C. A. & Balula, J. P. (2010). A avaliação e certificação de manuais escolares em Portugal: um contributo para a excelência. XI Congresso da AEPEC, Universidade de Évora.
- Santo, E. M. (2006). Os manuais escolares, a construção de saberes e a autonomia do aluno. Auscultação a alunos e professores. *Revista Lusófona da Educação*, 8, 103-115.  
<https://core.ac.uk/download/pdf/233630995.pdf>
- Sebarroja, J., C. (2001). *A Aventura de Inovar: a mudança na escola*. Porto Editora.
- Vieira, F. (1993). *Supervisão, Uma Prática Reflexiva de Formação de Professores*. Edições ASA.
- Tormenta, J. R. (1996). *Manuais escolares: Inovação ou tradição?*. Instituto de Inovação Educacional.

### **Legislação consultada**

Portaria n.º 572/79 do Ministério da Educação. Diário da República: série I, n.º 252  
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/572-1979-585066>

Portaria n.º 583/89 do Ministério da Educação e Ciência e do Comércio e Turismo. Diário da República: série I, n.º 209. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/583-1980-464044>

Portaria n.º 542/81 do Ministério da Educação e Ciência e do Comércio e Turismo. Diário da República: série I, n.º 148.  
<https://files.diariodarepublica.pt/1s/1981/07/14800/15561558.pdf>

Portaria n.º 81/2014 do Ministério da Educação e Ciência. Diário da República: série I, n.º 70. <https://data.dre.pt/eli/port/81/2014/04/09/p/dre/pt/html>

Decreto-Lei n.º 37/87 do Ministério da Administração Interna. Diário da República: série I, n.º 21. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/37-1987-663327>

Decreto-Lei n.º 369/90 do Ministério da Educação. Diário da República: série I, n.º 273. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/369-1990-564668>

Decreto-Lei n.º 5/2014 do Ministério da Educação e da Ciência. Diário da República: série I, n.º 9. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/5/2014/p/cons/20210129/pt/html>

## **APÊNDICES**

## **APÊNDICE I – Planificação de aula**

<b>Escola:</b> EB 2 3 Dra. Maria Alice Gouveia, Coimbra
<b>Nome da estagiária:</b> Inês Almeida
<b>Ano de escolaridade/Turma:</b> 6.º E

<b>Domínio:</b> Portugal do século XX
<b>Subdomínio:</b> O 25 de Abril e a construção da democracia até à atualidade

**Aula n.º (90")**

<p><b>Fundamentação pedagógico-didática</b></p> <p>Na presente aula será iniciada a lecionação da unidade temática “E3 – O 25 de abril de 1974 e o regime democrático” que irá contabilizar um total de seis tempos letivos de quarenta e cinco minutos, onde os/as alunos/as vão poder obter não só mais conhecimentos sobre esta temática, uma vez que já tiveram contacto com a mesma no quarto ano, como também explorar a mesma através de vários recursos didáticos que farão parte do conjunto de aulas. O objetivo é proporcionar aos/as alunos/as um contacto com diferentes materiais para despertar a atenção e o interesse dos mesmos.</p> <p>A aula irá iniciar pela visualização de um quadro “O 25 de abril de 74... Generalidades e singularidades” (anexo 1) que funcionará como motivação para dar início à aula e para que os/as alunos/as despertem o interesse no que irá ser apresentado ao longo da mesma. Serão questionados sobre o que é que a imagem transmite e de que tema se trata para, de seguida, iniciar com os conteúdos.</p> <p>A primeira questão orientadora é “O que foi o 25 de abril de 1974 e o regime democrático?” que terá como estratégia analisar as páginas 112 e 113 do manual (anexo 2). Estas são compostas por três elementos onde vão começar por analisar individualmente e de seguida em grupo turma. Assim, iniciam pelo mapa de Portugal continental onde os/as alunos/as vão tirar as suas primeiras conceções referentes ao mapa quanto aos movimentos das tropas dos seus quartéis militares em direção a outros pontos e aos elementos presentes na legenda, tais como os centros emissores, o estúdio da RTP e o Rádio Clube Português, com o objetivo de provocar nos/as alunos/as a perceção de como foi organizado o dia do 25 de abril de 1974. O segundo elemento a ser observado é o mapa mundo onde tem presente Portugal e as suas antigas colónias e o objetivo é que os/as alunos/as relembrem quais eram as colónias que nos pertenciam antes do 25 de abril de 1974 e onde estavam localizadas, a fim de verificar se se recordam de conteúdos lecionados anteriormente. O terceiro elemento é o friso cronológico que será atualizado tendo em conta os acontecimentos pré, durante e pós 25 de abril para que os/as alunos/as tenham presente a sucessão de momentos que se desenrolaram os acontecimentos.</p> <p>A segunda questão orientadora é “Quais foram os motivos que levaram à Revolução do 25 de abril de 1974?” que terá como estratégia a análise em grupo de alguns elementos das páginas 114 e 115 do manual (anexo 3), assim começam pela observação do documento A “Críticas a Marcello Caetano e ao Estado Novo” através do questionamento das seguintes questões: “quem ia para a guerra?”, “em que condições iam para a guerra?” e porquê que iam para a guerra?”. Também vão nomear os motivos que levaram à revolução com base no que já foi falado ao longo da aula e nos documentos analisados. Como forma de síntese irá ser proposto aos/as alunos/as a leitura do texto A da página 114 – anexo 4 – e, caso achem necessário, sublinhem os elementos mais importantes do texto. Isto irá servir para que os/as alunos/as fiquem com os conteúdos mais consolidados.</p> <p>A terceira questão orientadora é “O que é que ocorreu ao longo do dia 25 de abril de 1974?” que terá como estratégia a análise de uma cronologia onde o objetivo é que os/as alunos/as fiquem a conhecer os momentos mais importantes ao longo deste dia e que foram cruciais para a Revolução. Assim, será apresentado um friso cronológico interativo através do aplicativo <i>Genial.ly</i> – anexo 5 – onde estão mencionados cerca de nove acontecimentos desde os sinais que deram mote ao início da Revolução à primeira apresentação pública feita pela Junta de Salvação Nacional através da RTP, já no dia 26 de abril de 1974. Uma vez que é um friso interativo a cada acontecimento está associado um vídeo ou imagem para que os/as alunos/as consigam aproximar-se de com foram exatamente esses momentos.</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

A quarta questão orientadora é “Quais foram as mudanças após a Revolução do 25 de abril de 1974?” que terá como estratégia a análise do documento 1 – “A Revolução dos Cravos: antes, durante e depois” da página 115 – anexo 6 – com recurso às questões propostas pelo manual tais como: - Na primeira imagem, a que grupo pertencem aquelas pessoas? O que estão a preparar?; Como reagiu a população durante a Revolução?; E, por fim, o que aconteceu no dia 26 de abril?. O objetivo é proporcionar os/as alunos/as momentos de análise de documentos e também o desenvolvimento das suas capacidades quanto à análise dos mesmos.

A quinta e última questão orientadora é “Resumidamente, o que foi o 25 de abril de 1974?” que terá como estratégia a visualização de um vídeo “O 25 de abril de 1974” – anexo 7 – do manual digital, da *Leva*, que se trata de um resumo de todos os conteúdos tratados ao longo da aula e funcionará como encerramento da aula.

<b>Aprendizagens essenciais</b> (conhecimentos, capacidades, atitudes)	<b>Identificar/Aplicar conceitos</b>	<b>Questões orientadoras</b>	<b>Aspetos metodológicos</b> (estratégias e recursos)	<b>Descritores</b>	<b>Avaliação</b>
Identificar/aplicar os conceitos: ditadura, censura, liberdade de expressão. Reconhecer os motivos que conduziram a revolução do 25 de abril, bem como algumas das mudanças operadas.	Ditadura, censura, liberdade de expressão, MFA.	<b>Motivação</b> – O que transmite esta imagem? Qual é o tema?  O que foi o 25 de abril de 1974 e o regime democrático?	Questionamento dos/as alunos/as sobre o que a imagem – anexo 1 – representa.  Análise das páginas 112 e 113 – anexo 2 – do manual (primeiro individualmente e de seguida em grupo turma): - Primeiras conceções dos alunos referentes ao mapa de Portugal continental quanto aos movimentos das tropas dos seus quartéis militares em direção a outros pontos e aos elementos presentes na legenda, tais como os centros emissores, o estúdio	Conhecedor/ Sabedor/ Culto/ Informado (A, B, G, I, J)  Comunicador (A, B, D, E, H)  Questionador (A, F, G, I, J)  Participativo/ Colaborador (B,C,D,E,F)	Observação direta da participação em termos de interesse e empenho, concentração e intervenções com recurso a uma tabela de registos.

		<p>Quais foram os motivos que levaram à Revolução do 25 de Abril?</p> <p>O que é que ocorreu ao longo do dia 25 de Abril de 1974?</p> <p>Quais foram as mudanças após a Revolução do 25 de Abril?</p>	<p>da RTP e o Rádio Clube Português;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Observação do mapa mundo: relembrar quais as colónias que Portugal possuía no período pré 25 de abril de 1974 e onde estavam localizadas;</li> <li>- Análise do friso cronológico: os acontecimentos antes, durante e após o ano de 1974.</li> </ul> <p>Análise em grupo turma das páginas 114 e 115 – anexo 3:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Observação do documento A colocando as seguintes questões: Quem ia para a guerra? Em que condições iam para a guerra? Porquê que iam para a guerra?</li> <li>- Nomear os motivos que levaram à revolução.</li> </ul> <p>Leitura do texto A da página 114 – anexo 4.</p> <p>Apresentação de um friso cronológico com os momentos da Revolução do 25 de abril de 1974 – anexo 5:</p> <p>Análise do friso em grupo turma com recurso à projeção.</p> <p>Análise do documento 1 – “A Revolução dos Cravos: antes, durante e depois” da página 115</p>		
--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

		Resumidamente, o que foi o 25 de abril de 1974?	<p>– anexo 6 – com recurso às questões propostas pelo manual:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Na primeira imagem, a que grupo pertencem aquelas pessoas? O que estão a preparar?</li> <li>- Como reagiu a população durante a Revolução?</li> <li>- O que aconteceu no dia 26 de abril?</li> </ul> <p>Visualização de um vídeo “O 25 de abril de 1974” – anexo 7.</p>		
--	--	-------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--

**Sumário**

Introdução à unidade temática “E3 – O 25 de abril de 1974 e o regime democrático”.

Os motivos da Revolução do 25 de abril de 1974.

A cronologia do dia 25 de abril de 1974.

Visualização de um vídeo-síntese sobre o 25 de abril de 1974.

Anexo 1 - Quadro “O 25 de abril de 74... Generalidades e singularidades”



Anexo 2 – Páginas 112 e 113 do manual “Máquina do Tempo 6” da Leya.

## E3

### O 25 de abril de 1974 e o regime democrático

**ONDE ?**

**PROFESSOR**

1. Guerra Colonial.
2. a) O movimento das tropas no dia 25 de abril de 1974.
- b) Portugal e as antigas colónias.
3. Guiné-Bissau.

**Operações dos militares revoltosos no dia 25 de abril de 1974**

- Quartéis militares
- Posto de Comando do MFA
- Movimento das tropas
- Centro emissor
- Estúdio da RTP
- Rádio Clube Português / Emissora Nacional

**QUANDO ?**

Século	XX	XXI				
Anos	1950	1960	1970	1980	1990	2001
1961	Início da Guerra Colonial em África.					
1968	Setembro Substituição de Salazar por Marcello Caetano na presidência do Conselho de Ministros.					
1974	25 de abril Fim da ditadura. Setembro Início da descolonização: independência da Guiné-Bissau.					
1975	Junho Independência de Moçambique. Julho Independência de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe. Novembro Independência de Angola.					
1986	Entrada de Portugal na CEE.					
1976	Constituição de 1976.					
1999	Dezembro Macau passa a estar integrado na República Popular da China.					
2002	Maio Independência de Timor.					

**Xanana Gusmão, primeiro presidente da República de Timor-Leste (2002 a 2007).**

1. Qual foi o acontecimento que terá contribuído para o descontentamento de muitos portugueses para com a ditadura?
2. O que está representado:
  - a) no mapa da esquerda?
  - b) no mapa da direita?
3. Qual foi a primeira colónia portuguesa em África a obter a independência?

Anexo 3 – Páginas 114 e 115 do manual “Máquina do Tempo 6” da *Leya*.

# E 3

O 25 de abril de 1974  
e o regime democrático

O dia 25 de abril de 1974 marca o fim da ditadura em Portugal.

Vamos perceber como os militares prepararam e fizeram a Revolução.

**A O que levou à Revolução?**

Durante o Estado Novo, foram muitos os que se opuseram à ditadura. Algumas pessoas tiveram de se exilar no estrangeiro para fugir à repressão da polícia política (PIDE), à Censura e à Guerra Colonial. Por outro lado, as difíceis condições de vida também levaram bastantes portugueses a emigrar.

Tal como Salazar, **Marcello Caetano** recusou dar a independência às colónias e **continuou com a Guerra Colonial**. Mas, a partir de 1973, um grupo de militares descontentes, sobretudo capitães, reuniu-se secretamente para acabar com a ditadura e com a guerra em África. Este grupo, conhecido como “Movimento das Capitães”, foi mais tarde denominado de “Movimento das Forças Armadas” (MFA). Durante meses, o MFA preparou um golpe militar.

**B O que aconteceu a 25 de abril de 1974?**

Na madrugada do dia 25 de abril de 1974, tocou na Rádio Renascença a canção “Grândola, Vila Morena”, de Zeca Afonso. Estava dado o sinal para que os militares avançassem e ocupassem locais importantes em Lisboa: estações de rádio, a televisão, o aeroporto e os ministérios. Às 12 horas e 30 minutos, o capitão **Salgueiro Maia** e os seus soldados cercaram o quartel da GNR no Largo do Carmo, em Lisboa. No seu interior estava Marcello Caetano que se rendeu, ao final da tarde, ao general **António de Spínola**. A população apoiou de forma efusiva o MFA. Esta revolução, que decorreu, em geral, de forma pacífica, ficou conhecida como a “Revolução dos Cravos”.

**C Quais foram as primeiras medidas tomadas pelo MFA?**

Os militares nomearam de imediato uma **Junta de Salvação Nacional**, presidida pelo general Spínola. No dia 26 de abril, Spínola divulgou o **Programa do MFA**, que acabava com a ditadura e com o Estado Novo. Iniciava-se, assim, a **construção de uma democracia**: o governo e o presidente da República seriam destituídos e partiriam para o exílio; a Assembleia Nacional seria dissolvida; a polícia política (PIDE) e a Censura seriam extintas; os presos políticos seriam libertados; iria ser negociado o fim da Guerra Colonial. No dia 1 de maio de 1974, uma enorme multidão comemorou o Dia do Trabalhador e o regresso da liberdade.

**Doc. A** Críticas a Marcello Caetano e ao Estado Novo.

Em 1968, Marcello Caetano substituiu Salazar no cargo de presidente do Conselho de Ministros.

**Não à Guerra Colonial**

São os filhos do povo que se veem obrigados a combater na Guiné, em Angola, em Moçambique e que ficam separados anos e anos das suas famílias.

Mantêm-se a brutalidade, as torturas e a detenção de muitas centenas de cidadãos.

Programa da Comissão Democrática Eleitoral, 1969 (adaptado).

**1.** Quem sucedeu a Salazar na chefia do governo?

**2.** Refere três críticas à sua governação.

**Doc. B** A Revolução de 25 de abril de 1974.

**3.** Quem se revoltou no dia 25 de abril de 1974?

**Doc. C** Programa do MFA, anunciado ao país a 26 de abril de 1974 pela Junta de Salvação Nacional.

A Junta de Salvação Nacional decretará: (...) A destituição imediata do atual governo; (...) A convocação no prazo de 12 meses de uma Assembleia Nacional Constituinte; (...) A extinção imediata da PIDE; (...) A amnistia imediata de todos os presos políticos; (...) A abolição da Censura.

Programa do MFA, 1974 (adaptado). “Amnistia – Pênção”

**4.** Que organizações foram extintas?

**5.** Que regime político foi derrubado?

**Doc. 1** | A “Revolução dos Cravos” antes, durante e depois.

**6.** Observa e lê atentamente e responde.

**6.1** Na primeira imagem, a que grupo pertencem aquelas pessoas? O que estão a preparar?

**6.2** Como reagiu a população durante a Revolução? Justifica.

**6.3** O que aconteceu no dia 26 de abril?

**Realiza a atividade 15 da página 176.**

**Faça a síntese da aula**

**Completa o esquema com a seguinte informação.**

presos	Assembleia Nacional	fim da ditadura	falta de liberdade
polícia política	governo	Censura	Guerra Colonial
			República

↓

• Falta de liberdade  
• Guerra Colonial

↓

25 de abril de 1974: **Fim da ditadura**

• Destituição do presidente da República e do governo.	• Extinção da polícia política e da Censura.	• Eleições livres.	• Negociações com os povos africanos para acabar com a Guerra Colonial.
• Dissolução da Assembleia Nacional.	• Libertação dos presos políticos.		

**+** **Faça mais**

Com a ajuda dos textos e dos documentos destas páginas, faz uma ilustração ou uma pequena banda desenhada sobre um ou mais acontecimentos do dia 25 de abril de 1974.

**PROFESSOR**

- Marcello Caetano.
- A brutalidade; as torturas; a detenção de muitos cidadãos.
- Um grupo de militares, conhecido por “Movimento das Forças Armadas”.
- As organizações extintas foram a PIDE e a Censura.
- A ditadura salazarista.

**6.1.** Ao “Movimento das Capitães”, mais tarde conhecido como MFA.

**6.2.** Durante a revolução, a população apoiou os militares.

**6.3.** No dia 26 de abril, a Junta de Salvação Nacional apresentou o Programa do Movimento das Forças Armadas.

**E3 – 1.1 a 1.3 e 2.1**

**59 AULA DIGITAL**

- PowerPoint\* E3
- Aula interativa n.º 31
- Animação “O 25 de abril de 1974”
- Vídeo “O 25 de abril”
- Excerto do filme Capitães de Abril
- Excerto das músicas “Grândola, Vila Morena”, “E Depois do Adeus”, “Marcha do MFA”

**AB** **Qual é o significado?**

**Democracia**  
Forma de governo em que o povo elege os seus representantes, através do voto.

**Movimentos das Forças Armadas**  
Movimento militar responsável pela Revolução de 25 de abril de 1974 e que pôs fim à ditadura.

**Revolução**  
Mudança profunda. Pode ocorrer em qualquer área (política, social e económica).

**caderno de Atividades**

Realiza a atividade 31 (página 38).

Anexo 4 – Texto A da página 114

**Doc. A** Críticas a Marcello Caetano  
e ao Estado Novo.

Em 1968, Marcello Caetano substituiu Salazar no cargo de presidente do Conselho de Ministros.



**Não à Guerra Colonial**

São os filhos do povo que se veem obrigados a combater na Guiné, em Angola, em Moçambique e que ficam separados anos e anos das suas famílias.

Mantêm-se a brutalidade, as torturas e a detenção de muitas centenas de cidadãos.

Programa da Comissão Democrática Eleitoral, 1969 (adaptado).

Anexo 5 – Cronologia do 25 de abril



Link: <https://view.genial.ly/60cb653628db9c0dab4f81d7/interactive-content-25-de-abril-de-1974-cronologia>

Anexo 6 – “A Revolução dos Cravos: antes, durante e depois”



Anexo 7 – Vídeo “O 25 de Abril de 1974”

Link - <https://auladigital.leya.com/share/0deb4a4c-8580-4196-8dc6-f5d420fbc0ba>

## **APÊNDICE II – Guião de entrevista**

### **GUIÃO DE ENTREVISTA**

**TEMA:** Quais as perceções que os/as professores/as têm dos manuais escolares e da sua utilização em História e Geografia de Portugal?

#### **OBJETIVOS GERAIS:**

- Identificar os diferentes recursos utilizados nas aulas de História e Geografia de Portugal;
- Compreender os procedimentos e os critérios de adoção do manual escolar.
- Conhecer o papel do manual escolar na gestão dos conteúdos de História e Geografia de Portugal.
- Recolher informação sobre o impacto da digitalização na transformação e utilização do manual escolar.
- Obter uma apreciação da/o entrevistada/o sobre o uso dos manuais escolares.

**Entrevistador** \_\_\_\_\_ **Data** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Entrevistado** \_\_\_\_\_ **Local** \_\_\_\_\_

**Recursos** \_\_\_\_\_

Blocos	Objetivo do bloco	Questões orientadoras	Perguntas de recurso e de aferição
BLOCO 1 – Legitimação da entrevista	Explicar a situação. Criar um ambiente propício para a realização da entrevista.	Agradecer a disponibilidade e colaboração no estudo. Informar sobre o uso de gravador. Explicitar problema, objetivos e benefícios do estudo. Colocar entrevistado na situação de colaborador. Dizer que se procura informação e opinião da pessoa e que não há qualquer intenção avaliativa (não há respostas certas ou erradas). Garantir confidencialidade dos dados. Promover a assinatura do termo de consentimento informado. Explicar procedimentos.	
BLOCO 2 – A utilização de recursos nas aulas de História e Geografia de Portugal.	Identificar os diferentes recursos utilizados nas aulas de História e Geografia de Portugal.	Fale sobre os diferentes recursos que utiliza nas aulas.	Que tipos de recursos, materiais, fontes utiliza? Textos e documentos históricos? Imagens? De que tipo? Gráficos? Mapas? Como costuma obter esses recursos? Onde? Que uso faz dos suportes digitais das editoras? Que utilização dá ao manual escolar para a seleção dos recursos?
BLOCO 3 – Procedimentos de adoção do manual escolar.	Compreender procedimentos e critérios de adoção do manual escolar.	Explique como se adotam os novos manuais escolares.	É a nível do departamento? Todos os professores participam ou só aqueles que lecionam o ano de escolaridade?

		Esclareça quais as características de um bom manual escolar.	Quais os critérios mais relevantes para a escolha do manual escolar?  É a sua organização e método? Qual a importância da informação e comunicação? E as suas características materiais? E da sua adequação ao projeto educativo da escola?
--	--	--------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



		<p>Discorra sobre a organização dos manuais escolares.</p>	<p>Na aula? Em que situações? Em casa? Em que situações?</p> <p>Para a melhoria do acontecer da aula? Para as aprendizagens dos alunos? Para o desenvolvimento de competências dos alunos?</p>
--	--	------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>BLOCO 5 – O manual escolar e o processo de digitalização.</p>	<p>Recolher informação sobre o impacto da digitalização na transformação e utilização do manual escolar.</p>	<p>Explique como vê as implicações da existência dos manuais escolares digitais.</p>	<p>Que vantagens? E desvantagens? Que consequências podem trazer à sua utilização na sala de aula? E às aprendizagens dos alunos?</p>
<p>BLOCO 6 – Síntese e meta-reflexão sobre a entrevista.</p> <p>Agradecimentos</p>	<p>Colher uma apreciação da/o entrevistada/o sobre o uso dos manuais escolares.</p> <p>Captar o sentido que a entrevistada dá à própria situação de entrevista.</p>	<p>Expresse o que pensa sobre o papel dos manuais escolares no ensino.</p>	<p>Em que medida os manuais escolares contribuem para a aprendizagem dos alunos?</p>

### **APÊNDICE III – Guião de aplicação da entrevista**

### **Guião de entrevista**

#### **1 – Quais os diferentes recursos que utiliza nas aulas?**

Que tipos de recursos, materiais, fontes utiliza? Textos e documentos históricos? Imagens? De que tipo? Gráficos? Mapas?

Como costuma obter esses recursos? Onde?

Que uso faz dos suportes digitais das editoras?

Que utilização dá ao manual escolar para a seleção dos recursos?

#### **2 – Como são adotados os novos manuais escolares?**

É a nível do departamento?

Todos os professores participam ou só aqueles que lecionam o ano de escolaridade?

Quais os critérios mais relevantes para a escolha do manual escolar?

#### **3 – Quais são, em seu entender, as características de um bom manual escolar?**

É a sua organização e método?

Qual a importância da informação e comunicação?

E as suas características materiais?

E da sua adequação ao projeto educativo da escola?

#### **4 – Como elabora a planificação dos conteúdos?**

Que tipos de planificação elaboram? Longo prazo? Médio prazo? Curto prazo?

A que nível realizam as planificações? Departamento? Professores que lecionam o ano letivo?

O Departamento faz o acompanhamento da execução da planificação?

Qual o papel do manual escolar na seleção e distribuição dos conteúdos?

Como compaginam essa seleção com as aprendizagens essenciais?

Lecionam o que consta do manual escolar?

#### **5 – Porquê e como utiliza o manual escolar e o caderno de atividades na sala de aula?**

Porque utiliza o manual escolar? Com que frequência?

Que atividades promove com recurso ao manual escolar? Motivação?

Explora diferentes recursos (texto, mapa, imagens)? Como?

Para exploração de conceitos? Factos? Tarefas de escrita? Comentários?

Recorre à exploração do texto informativo?

Em momentos de síntese? Elaborando esquemas?

Para desenvolver competências? Como?

Como interliga a sua narrativa/explicação com a exploração do manual?

Utiliza no processo de avaliação? Como?

Que usos costuma propor para o caderno de atividades?

Na aula? Em que situações?

Em casa? Em que situações?

#### **6 – Como vê a organização dos manuais escolares?**

Para a melhoria do acontecer da aula?

Para as aprendizagens dos alunos?

Para o desenvolvimento de competências dos alunos?

#### **7 – Como vê as implicações da existência dos manuais escolares digitais?**

Que vantagens? E desvantagens?

Que consequências podem trazer à sua utilização na sala de aula? E às aprendizagens dos alunos?

#### **8 – O que pensa sobre o papel dos manuais escolares no ensino?**

Em que medida os manuais escolares contribuem para a aprendizagem dos alunos?

#### **APÊNDICE IV – Entrevistas**

#### ENTREVISTA DOCENTE A (D1)

Explicação do objetivo da entrevista. Informar sobre o uso do gravador e garantir confidencialidade dos dados. Assinatura do termo de consentimento informado.

**Entrevistadora: Quais os diferentes recursos que utiliza nas aulas? Em termos de recursos materiais, imagens, ...**

Docente A: Uso o manual, fichas, uso a plataforma da *leya*.

Entrevistadora: Também costuma usar os textos e os documentos que vem no manual?

Docente A: Sim, também uso os recursos do manual.

Entrevistadora: Por exemplo, o uso dos suportes digitais das editoras. Usa muito pouco?

Docente A: Faço uma escolha prévia e uso aqueles que considero para a turma.

**Entrevistadora: Como são adotados os novos manuais escolares?**

Docente A: Através da reunião de departamento, é feita uma análise de todas as propostas e é escolhido o manual que mais se adapta aos nossos alunos.

Entrevistadora: Então é a nível do departamento onde todos os professores do departamento participam. Quais os critérios mais relevantes para a escolha do manual?

Quando estão a fazer a seleção o que é que escolhem ou o que é que vêm no manual que possa ser mais relevante?

Docente A: O tipo de linguagem, principalmente, as fontes, os recursos, ...

Entrevistadora: Por exemplo, a estrutura?

Docente A: A estrutura... Por exemplo, o manual adotado tem dois volumes e também é importante porque não é um peso tão grande na mochila...

Entrevistadora: Por exemplo, há um da *leya* que é perguntas e respostas...

Docente A: Para o nosso tipo de alunos, não, porque eles não são assim tão autónomos no 2.º ciclo que pois poderão fazer a pesquisa por eles próprios.

**Entrevistadora: Quais são, em seu entender, as características de um bom manual escolar?**

Docente A: O manual deve principalmente apoiar o aluno no estudo em casa, ter fontes para desenvolver também a pesquisa, a interpretação dessas fontes históricas e realçar alguns conceitos que os alunos têm que saber obrigatoriamente, ir de acordo com as aprendizagens essenciais

Entrevistadora: E dentro das características de um bom manual, qual a importância da informação e da comunicação?

Docente A: Eu acho que é muita para desenvolver o trabalho autónomo.

**Entrevistadora: Como é que elabora a planificação dos conteúdos? Os tipos de planificação, longo prazo, curto prazo, médio prazo...**

Docente A: A médio prazo.

Entrevistadora: E a que nível realizam as planificações?

Docente A: São feitas em departamento, depois com adaptações para cada turma, porque cada turma tem as suas especificidades.

Entrevistadora: Como é que fazem a planificação dos conteúdos de acordo com as aprendizagens essenciais? Como é que unem os dois?

Docente A: O manual com as aprendizagens?

Entrevistadora: As planificações dos conteúdos com as aprendizagens essenciais?

Docente A: As aprendizagens essenciais estão acima de tudo, não é?

Entrevistadora: Sim

Docente A: A partir das aprendizagens essenciais vamos para os conteúdos

Entrevistadora: E lecionam o que consta no manual escolar, certo?

Docente A: Nem sempre, o manual não é um programa...

Entrevistadora: Às vezes é necessário acrescentar mais informações...

Docente A: Acrescentar ou retirar, dependendo do manual...

**Entrevistadora: Porquê e como utiliza o manual escolar e o caderno de atividades na sala de aula?**

Docente A: O caderno de atividades é mais para consolidação, revisões e trabalho autónomo. Em sala de aula procuro não usar tanto, deixo esses recursos mais para trabalho autónomo e trabalho em casa, porque em sala de aula estou lá eu e procuro outros recursos... Isso é mais como apoio para o próprio aluno.

**Entrevistadora: E porquê que utiliza o manual escolar? Com que frequência?**

Docente A: Dentro da sala de aula?

Entrevistadora: Sim, dentro da sala de aula.

Docente A: Muito pouca.

Entrevistadora: E porquê?

Docente A: Por isso mesmo, por achar que o manual é um apoio para eles. Dentro da sala de aula procuro diversificar os materiais.

Entrevistadora: Que atividades promove com recurso ao manual escolar?

Docente A: Normalmente é análise de algum documento que esteja no manual.

Entrevistadora: Explora diferentes recursos? A nível de textos, mapas, imagens, ...?

Docente A: Sim

Entrevistadora: Como? Acompanhando os alunos? Deixando-os fazer livremente?

Docente A: Depende da autonomia deles, portanto no início do ano procuro apoiá-los e depois tento dar uma certa autonomia e eles fazerem a sua própria investigação...

Entrevistadora: Mais no 5.º ano, não é?

Docente A: Sim

Entrevistadora: Recorre à exploração do texto informativo? Ou seja, o texto que consta no manual?

Docente A: Por vezes, sim...

Entrevistadora: Em momentos de síntese da matéria, elaboram esquemas/resumos? Individualmente/em grupo?

Docente A: Há momentos para tudo... Por exemplo, no 2.º período do 5.º ano já são eles próprios a elaborar esses esquemas e depois apresentam-nos... No 6.º ano já começam eles próprios a fazer as suas próprias sínteses.

Entrevistadora: Que usos costuma propor para o caderno de atividades?

Docente A: É mais de consolidação, de revisão, de síntese, para fazerem em casa depois... porque normalmente eles nunca têm dúvidas, mas fazendo essas fichas do caderno de atividades as dúvidas ressuscitam, eu procuro fazer isso... Primeiramente eles fazem as fichas e depois através das fichas responder às dúvidas dos alunos...

Entrevistadora: Então é mais em casa, na aula não é tão usado... E como vê a organização dos manuais escolares? Ou seja, para a melhoria do acontecer da aula? Para as aprendizagens dos alunos? Para o desenvolvimento de competências dos alunos?

Docente A: Eu este ano só estou a trabalhar com a história do 6.º, eu não gosto do manual, acho o manual com muito poucos recursos em termos de documentos para seleção de informação daí eu ter que apoiar com outros... De resto, acho que em termos visuais, por exemplo, está bom... Pronto, eu acho que no fundo é isso, o manual deste ano falta-lhe muito documentos. Por exemplo, estou-me a lembrar do manual do 5.º ano em termos de cartas de feiras tem um parágrafo e em relação aos forais também, acho que nem havia lá nenhum foral e se havia era assim um muito pequenino.. teve sempre que se arranjar à parte para eles perceberem o que é uma carta de feira, o que é um foral...

**Entrevistadora: Como vê as implicações da existência dos manuais escolares digitais? Que vantagens? E desvantagens?**

Docente A: Uma vantagem seria menos um peso na mochila, mas acho muita desvantagem... O papel, o físico, acho que é sempre muito melhor...

Entrevistadora: Que consequências podem trazer à sua utilização na sala de aula? E às aprendizagens dos alunos?

Docente A: Na minha opinião em termos de escrever e ler não é a mesma coisa, não é? Não me consigo habituar a essa ideia e mesmo os outros países, a Finlândia, por exemplo, já voltou aos manuais físicos.

Entrevistadora: Sim, até porque os meios tecnológicos hoje em dia para estas crianças que estão tão habituadas pode ser bom, mas por outro lado poderá ser um entrave à sua concentração.

Docente A: Tem que haver peso e medida... Durante a aula eles também vão ao telemóvel fazer pesquisas, mas é ali naquele momento, 5 minutos ou 10 minutos, e deixamos o ecrã. Não sei, mas até mesmo para os alunos com mais dificuldades eu não consigo ver ali nada de bom...

**Entrevistadora: Por fim, o que pensa sobre o papel dos manuais escolares no ensino?**

Docente A: Acho que já tiveram o seu tempo, já foram muito importantes, neste momento, com toda a informação... Para já eu estou a falar porque o que nós temos neste momento no 2.º ciclo não estão de acordo com as aprendizagens essenciais ainda... eles não são alterados há 6 anos ou 7.

Entrevistadora: Quando foi a última vez que selecionaram este manual escolar?

Docente A: 6 ou 7 anos e, entretanto, já muita coisa saiu... Este manual que tens neste momento não está de acordo com as aprendizagens essenciais ...

Docente A: Não, os de 2.º ciclo não sei precisar bem, mas é 6 ou 7 anos. Eu acho que eles eram para ter sido alterados e não foram à exceção da matemática, mas os da nossa disciplina não foram, tanto os de português como os de HGP.

Entrevistadora: Então, ou seja, o manual que têm neste momento encontra-se desatualizado?

Docente A: Completamente, sim. Claro que os conteúdos são os mesmos, mas a maneira como chegas lá terá que ser diferente. E daí eu estar a dizer que já tiveram os seus dias e

eu não os uso tanto, mas eu também não gosto muito de eles estarem agarrados ao livro durante a aula, mas eu tenho que dar a volta aquilo.

Entrevistadora: E em que medida os manuais escolares contribuem para a aprendizagem dos alunos?

Docente A: Continua a ser o apoio que eles têm em casa, apesar de poderem fazer muitas pesquisas, mas é ali o apoio que eles têm.

Entrevistadora: É uma fonte fidedigna.

Agradecer a disponibilidade e colaboração no estudo.

#### ENTREVISTA DOCENTE B (D2)

Explicação do objetivo da entrevista. Informar sobre o uso do gravador e garantir confidencialidade dos dados. Assinatura do termo de consentimento informado.

#### **Entrevistadora: Quais os diferentes recursos que utiliza nas aulas?**

Docente B: Utilizamos o próprio manual, o caderno de atividades, os recursos digitais que o livro tem e, na maior parte das vezes, vamos à procura de recursos desses de outros manuais e não daquele que está adotado.

Entrevistadora: Ou seja, os recursos, as fontes que vem no manual, textos, documentos históricos, as imagens, gráficos, mapas...

Docente B: Vídeos, *Powerpoints* e tudo e mais alguma coisa...

Entrevistadora: Como é que costuma obter esses recursos? E onde?

Docente B: No site da própria editora, na *leya*, na escola virtual ou na *leya* digital que são dos manuais que nós temos, ou feitos por mim, ou feitos por um colega que tenha passado para mim já há algum tempo e depois eles vão ficando, os anos são muitos, eles vão ficando, uns vão saindo, outros vão surgindo de novo...

Entrevistadora: Vão ficando no baú, no baú dos recursos...

Docente B: Exatamente...

Entrevistadora: Que uso faz dos suportes digitais das editoras?

Docente B: Normalmente quase de aula a aula.

#### **Entrevistadora: Como são adotados os novos manuais escolares?**

Docente B: São analisados a nível de departamento os vários que nos dão para avaliar, são preenchidos os questionários com os diversos critérios a nível pedagógico, a nível da

organização, a nível de aspeto, a nível de peso até para os miúdos e depois selecionamos aquele que nos critérios encaixam num valor maior...

Entrevistadora: E quais são os critérios que acha mais relevantes para a escolha do manual?

Docente B: Eu acho mais relevantes os critérios da correção pedagógica e da atratividade que o manual possa ter para os alunos desde que não descurem o conhecimento e a informação que tem que lá estar, porque muitos, às vezes, são tão atrativos que depois não dizem nada, portanto a informação que tem que estar tem que lá estar da forma mais agradável e atrativa para miúdos de 10/11 anos que são os nossos... Ultimamente considero muito importante o peso, portanto manuais que são divididos em dois volumes para facilitar a vida das criancinhas que transportam 10 ao dia acho que sim...

**Entrevistadora: Quais são, em seu entender, as características de um bom manual escolar?**

Docente B: Ora, um bom manual escolar tem a informação pedagogicamente correta, a informação corretíssima e certificada, tem fontes que se possam consultar e que não sejam só texto corrido como se fosse uma história de encantar, tem vários recursos quer digitais quer físicos como o caderno de atividades e outros por aí fora... e pronto... tem que ter cor, para mim tem que ter cor porque eu gosto da cor e eu não tenho 10 anos, se tivesse 10 anos gostava mais ainda, que já lá vai, e acho que tem que ser por aí porque os nossos alunos a primeira coisa que fazem com o manual é olhar para ele, cheirá-lo, abri-lo, manuseá-lo e a cor atrai...

Entrevistadora: Sim... Chama a atenção, não é? Quanto mais vivo for...

Docente B: Exatamente...

Entrevistadora: Então, podemos considerar a organização e o método... E a importância da informação e da comunicação que constam dentro do manual?

Docente B: Claro que sim, tem que ser a tal informação certificada, correta que tenha o essencial e que não deixe coisas básicas tidas como se pormenores fossem e que não figurem lá e deveriam ter... Aqueles que utilizamos agora acho que falha um bocado por aí, acho que devia ter muito mais fontes e muita mais informação...

Entrevistadora: E a sua adequação ao projeto educativo da escola?

Docente B: O projeto educativo é vivo, não é? O projeto educativo também vai mudando... Quando escolhemos o manual, escolhemos o manual de acordo com o projeto educativo

e às vezes a mudança entre um e o outro não bate certo no tempo, portanto não quer dizer que todos os manuais que nós estamos a utilizar sejam assim tão adequados em todo o tempo que vigora um projeto educativo...

Entrevistadora: Um projeto educativo tem a duração de 4 anos, aqui a mudança é de quanto tempo?

Docente B: Aqui a mudança é de 6 e mesmo que não fosse os mais 2 anos às vezes mudas uma coisa a meio, mudas outra coisa ou mudas o projeto educativo e só a meio do projeto educativo é que mudas o manual ou ao contrário, às vezes a coisa pode não ..., mas deve, deve estar ao encontro de...

Entrevistadora: Deve estar, mas aqui neste caso por norma não coincide, não é?

Docente B: Não... Não é a nossa primeira busca...

**Entrevistadora: Como elabora a planificação dos conteúdos?**

Docente B: Ora... Elaboro com os anos de prática, não é? Elaboro-os também ... Estamos a falar de história, portanto há uma linha cronológica, não vamos andar a saltitar a contar coisas que aconteceram para a frente antes das que aconteceram para trás, portanto a linha cronológica do tempo tem que ser mantida. A partir daí elaboro com todos os meus recursos, com a minha maneira de fazer, de ensinar, muito às vezes com a descoberta, os meninos vão ler, vão ver, visualizam vídeos, ouvem áudios, ouvem a professora, descobrem, leem o manual ou fazem perguntas primeiro, observam mapas primeiro e tentam perceber o que é que estão a fazer e, às vezes, mudamos tudo e fazemos tudo ao contrário e falo eu primeiro e vamos descobrir depois...

Entrevistadora: Ok... E os tipos de planificação que elaboram a longo prazo, médio prazo, curto prazo e essas planificações são a nível do departamento, dos professores, ...?

Docente B: Temos as de longo prazo e médio prazo a nível do departamento. E depois temos as do dia a dia que essas são pessoais. Não perdendo as outras de vista...

Entrevistadora: Cada professor tem a sua planificação de acordo com a sua turma...

Docente B: Exatamente!

Entrevistadora: O departamento faz o acompanhamento da execução da planificação? E, por exemplo, qual o papel do manual escolar na seleção e distribuição dos conteúdos?

Docente B: No caso de história não é muito relevante porque se temos que obedecer à linha cronológica o manual forçosamente tem que estar a obedecer, portanto uma coisa bate com a outra...

Entrevistadora: Exatamente...

Docente B: E se estiveres a falar de português, por exemplo, já é outra história.

Entrevistadora: De acordo com as aprendizagens essenciais essa seleção dos conteúdos sempre de acordo com as aprendizagens essenciais?

Docente B: Sempre, mais do que com aquilo que nos diz. Pois do que com aquilo que já dizemos que não existe que é o programa, mas cujos conteúdos também estão nas aprendizagens essenciais...

Entrevistadora: E leciona o que consta do manual escolar?

Docente B: Sim, se o manual vai ao encontro das aprendizagens claro que sim...

**Entrevistadora: Ok, boa! A próxima pergunta é porquê e como utiliza o manual escolar e o caderno de atividades na sala de aula?**

Docente B: Porque é uma fonte de apoio ao conhecimento que queremos que os alunos adquiram, é a base material mais viável, mais visível, mais agradável, mais manuseável para trabalharem e o caderno de atividades para apoiar em termos de exercícios...

Entrevistadora: OK, e o caderno de atividades é mais usado em casa?

Docente B: Depende das turmas... Quando a turma é assim um bocadinho mais à frente, como nós costumamos dizer, nós conseguimos fazer na aula até... Quando a turma é mais lenta, quando é preciso mais tempo para as aprendizagens aí se calhar às vezes sobra mais o caderno de atividades para fazer o exercício em casa que se corrige depois na aula.

Entrevistadora: Ok. Boa! Então e ainda voltando ao manual escolar, com que frequência utilizam o manual escolar?

Docente B: É todas as aulas.

Entrevistadora: E que atividades promove com recurso ao manual escolar?

Docente B: Leitura, observação de imagens, de mapas, de textos, de gráficos, exercícios...

Entrevistadora: Então explora os diferentes recursos, portanto, mais e como é que faz essa exploração?

Docente B: Depende da turma e depende dos dias. Uma vez é uma leitura prévia e depois uma explicação e exercícios... outra vez é exatamente ao contrário. Vamos tentar fazer os exercícios através da leitura e observação dos recursos que lá estão e vamos descobrir e chegar à explicação final para ver se bate certo com o que achávamos que era.

Entrevistadora: Ou seja, para exploração de conceitos, factos, tarefas de escrita, comentários.

Docente B: Também...

Entrevistadora: E recorre à exploração do texto informativo?

Docente B: Sim, mas estou a pensar, por exemplo, no manual que nós usamos agora. Não estamos a lê-lo na aula, mas como eu costumo dizer “vocês todos sabem ler”. Então damos aula com recurso a tudo e mais alguma coisa, desde a explicação aos visionamentos, às perguntas deles, a tudo o que seja. E não quer dizer que seja sempre, mas na maior parte dos casos a leitura do tal texto informativo que está lá, é feita pelos alunos em trabalho autónomo.

Entrevistadora: Ok, boa! E em momentos de síntese o que é que costumam fazer?

Docente B: Eu faço imensos esquemas e não quer dizer que os meus esquemas estejam no manual, são os tais do baú. E, às vezes, eles fazem sozinhos, sempre consultando o manual, mesmo que o esquema não seja do manual e, outras vezes, fazemos todos ao mesmo tempo e aí entra outra vez a história da particularidade de cada turma, há turmas que fazem muito bem sozinhos, há outros que precisam fazer par a par...

Entrevistadora: E é importante para desenvolver as competências?

Docente B: É, sistematizar os conhecimentos, organizar o pensamento...

**Entrevistadora: Como vê a organização dos manuais escolares? Para a melhoria do acontecer da aula, para as aprendizagens dos alunos, para o desenvolvimento de competências dos alunos ou para...**

Docente B: Tem de ser para isso tudo ao mesmo tempo... Aliás, deveria ser para isso tudo ao mesmo tempo. Não quer dizer que todos os manuais correspondam a esse sonho.

**Entrevistadora: Como vê as implicações da existência dos manuais escolares, digitais? Vantagens, desvantagens...**

Docente B: Há vantagens e há desvantagens... A vantagem lá vamos nós ao peso outra vez... Se o mundo fosse maravilhoso e todos tivéssemos uma secretária, um computador à nossa frente que funcionasse muito rápido, uma internet que nunca falhasse, os alunos que nunca se esquecessem... Se calhar podíamos... e depois os meninos tinham que ter isso tudo na escola e em casa, não é? Se calhar, podiam saltitar de um lado para o outro e era tudo muito rápido. Abria-se tudo, via-se tudo, tudo digital, fantástico. E depois há aquilo que é assim ... eu sou uma professora um bocadinho, já um bocadinho crescida, e eu gosto muito de ter o livro na mão... A única objeção que eu ponho aos manuais, outra vez, é a preocupação do carregar dos pesos, porque, para mim, sem dúvida, os recursos

digitais são fantásticos para o professor dar a aula, para os alunos em casa terem acesso a eles e poder ver, mas para trabalhar em aula é o livro na mão, o texto escrito ali na folhinha de papel, o caderno para escrever, os mapas para pintar e aí não é digital, é mesmo à moda antiga.

Entrevistadora: Que consequências podem trazer a sua utilização na sala de aula?

Docente B: Perdemos isso tudo, a habilidade... Há uma série de competências como o pintar um mapa e interpretar, interpretar nem tanto, mas o pintar um mapa, por exemplo, ou um completar um texto que se não forem feitos à mão com lápis, borracha e por aí fora acho que se perde.

Entrevistadora: O digital acaba talvez por distrair um pouco os alunos, não?

Docente B: Distrai, até porque se aquilo às vezes imagina que havia uma coisa em que tu conseguias ter o mapa no digital para eles pintarem e eles pintarem-no digitalmente... Isso era uma brincadeira, era um jogo que deixava de ser uma aprendizagem. O que não implica que, às vezes, não possamos aprender a brincar, mas não é sempre sim, continuo a preferir o caderno de atividades e manual físico no dia a dia, dentro da sala de aula. Os recursos digitais são muito bons para o professor orientar a sua aula.

**Entrevistadora: E, por fim, o que pensa sobre o papel dos manuais escolares no ensino? Ou seja, em que medida os manuais contribuem para a aprendizagem dos alunos?**

Docente B: Eles não têm que ser a base, não têm que ser o princípio, mas têm que ser um meio para ajudar ao caminho e chegar até às aprendizagens. Portanto, é fundamental que exista um manual escolar que esteja adequado a tudo isso que já falámos e lá está o tal sonho, se eles fossem perfeitos era tudo muito fácil.

Entrevistadora: Neste momento, a atenção dos alunos requer não só o manual escolar, mas muitos recursos digitais ...

Docente B: Muito mais virados para o digital do que para o “livrinho”, não é? Eu bem sei do que falo... Aprendemos a ler e é tudo muito giro e lemos tudo, mas de repente aparece o digital “aí não preciso de ler, está ali, eu também leio ali”, mas ali não é um livro, é um tablet ou é um telemóvel, piorou ainda mais...

Entrevistadora: Boa!

Agradecer a disponibilidade e colaboração no estudo.

### ENTREVISTA DOCENTE C (D3)

Explicação do objetivo da entrevista. Informar sobre o uso do gravador e garantir confidencialidade dos dados. Assinatura do termo de consentimento informado.

#### **Entrevistadora: Quais os diferentes recursos que utiliza nas aulas?**

Docente C: *PowerPoints*, vídeos da escola virtual ou outros, mapas, documentos do manual, textos ... basicamente é isso.

Entrevistadora: Gráficos?

Docente C: Gráficos sim, dependendo da matéria...

Entrevistadora: Imagens.... Várias fontes, não é? E como é que costumava obter esses recursos?

Docente C: Essencialmente através das plataformas da escola virtual, da *leya* e do manual.

Entrevistadora: E que uso faz dos recursos digitais das editoras? Muito, pouco, quase todas as aulas?

Docente C: Sim, várias aulas, utilizo muito os materiais das editoras.

Entrevistadora: E em relação à utilização do manual escolar para a seleção desses recursos?

Docente C: Fazem a análise de todos os recursos do manual, seja de imagens, seja de mapas, seja de textos, eles normalmente utilizam sempre a informação apresentada no manual nessas fontes e trabalhamos isso em sala de aula ou então fora da sala de aula e depois dou o feedback em sala de aula.

#### **Entrevistadora: Como é que são adotados os novos manuais escolares?**

Docente C: Os manuais eu nunca participei nesse processo de apreciação e seleção, mas sei que normalmente é feito em departamento e é segundo os critérios da Direção-Geral da Educação...

Entrevistadora: Embora que nunca tenhas adotado o manual escolar também porque é o teu primeiro ano nesta escola, por exemplo, se tivesses que escolher quais eram os critérios que tinhas em conta?

Docente C: A forma como está organizado, se apresenta uma organização adequada para os alunos, se desenvolve a autonomia deles, se as fontes desses manuais são fontes que eu considero pertinentes, se o tipo de questões são questões também adequadas para a idade deles e que promovem também um espírito crítico.

**Entrevistadora: Quais são em seu entender as características de um bom manual escolar?**

Docente C: Um manual bem organizado, com informação científica correta e adequada ao nível ou ao ano escolar, que seja apelativo e que tenha boas fontes históricas.

Entrevistadora: Portanto, qual é a importância da informação e comunicação?

Docente C: É muito importante!

Entrevistadora: Tendo em conta as características materiais, a forma como está organizado, ser um ou dois volumes, ser atrativo em termos de cor...

Docente C: Eu acho isso dentro dos outros critérios da organização não tem um peso tão importante, mas visto que os alunos costumam andar carregados com vários materiais se calhar o facto de eles terem 2 volumes é melhor, pelo menos nestas idades...

**Entrevistadora: E em relação à planificação dos conteúdos, como é que elabora as planificações? Que tipos de planificação elabora, por exemplo, a longo prazo, médio prazo, curto prazo?**

Docente C: A longo prazo que são as planificações anuais e a médio prazo também...

Entrevistadora: Quem é que realiza essas planificações? A nível do departamento, os professores que lecionam ano letivo, ....

Docente C: São realizadas a nível do departamento e discutidas também em grupo disciplinar...

Entrevistadora: Boa ... E as suas, por exemplo, faz algumas só para si a nível de turma? Porque, por exemplo, cada turma, apesar de ser o mesmo ano letivo, o quinto ou sexto ano, nem todas as turmas são iguais...

Docente C: Sim, em termos de conteúdos e aprendizagens essenciais, a não ser que os alunos tenham alguma necessidade específica, elas são iguais... Depois, em termos de atividades e estratégias, também são pensadas em função da turma do seu comportamento habitualmente. Tentei manter sempre os meus materiais e as mesmas fontes, para também as aprendizagens essenciais não fiquem comprometidas em função das estratégias diferentes que se possa aplicar.

Entrevistadora: Então, nessas planificações também consta o manual escolar, também faz uso do manual escolar?

Docente: Sempre!

**Entrevistadora: Porquê e como utiliza o manual escolar e o caderno de atividades na sala de aula?**

Docente C: Primeiro, porque acho que é um recurso indispensável, justamente porque é nele que estão todos os conteúdos e todas as supostas aprendizagens essenciais que eles têm que ter em cada ano e porque depois é uma ferramenta que os alunos podem utilizar em sala de aula e podem utilizar em casa e que também ao nível do meu trabalho pessoal me facilita muito trabalho e me permite aceder a atividades e tarefas que façam cumprir com a minha planificação.

Entrevistadora: OK. Boa! O caderno de atividades também, por vezes, a utilização dele é mais em casa, nas aulas, trabalhos de casa, ...

Docente C: Eu opto... Pronto, como temos poucos tempos letivos semanais e neste caso estou a dar, por exemplo, ao quinto ano e o programa é extenso. Eu tento mais que eles utilizem em casa como reforço e consolidação das aprendizagens e depois em caso de dúvidas ou para corrigir esses exercícios dedicamos uma parte da aula para o fazer... Não uso como gostaria, porque acabo por não ter tempo para o fazer sob pena de não cumprir o programa, não é?

Entrevistadora: Claro. Então e dentro, depois do manual escolar e ao longo das aulas, também vai explorando os diferentes recursos que constam nele? O texto, os mapas, as imagens...

Docente C: Sim sim. Aquilo que eu mais gosto até são os mapas, mas é aquilo que eu também sinto que os alunos têm maior dificuldade em interpretá-los, em recolher informação através dos (...), do tipo e dos seus elementos, mas sim utilizo muito as fontes do manual.

Entrevistadora: E como é que, por exemplo, como é que utiliza então os mapas tendo em conta que eles têm dificuldades que estratégias é que utilizas?

Docente C: Eu tento sempre... até porque este manual que está adotado esta escola também faz isso, tento sempre primeiro que eles olhem para os elementos principais do mapa, não é? e consigam através do título saber o assunto, explorem a legenda, no caso de ter orientação, não é? As cores, os símbolos, que faz parte da legenda e que através deles, mesmo em questões com conteúdos que eu possa até ainda não ter falado, eles consigam extrair informação possível. Extrair-me mesmo sem aquele conhecimento adquirido, por assim dizer...

Entrevistadora: OK, boa! Então, basicamente o manual escolar é mais utilizado em aula e o caderno de atividades mais em casa. **E, como vê a organização dos manuais escolares?** Por exemplo, para a melhoria do acontecer da aula, para as aprendizagens dos alunos, para o desenvolvimento de competências dos alunos. Organização do próprio manual, a forma como ele está organizado?

Docente C: Do pouco que eu tenho trabalhado, acho que eles são adequados, muitos deles, às vezes, nas partes iniciais, explicam aquelas etapas que eles pronto têm que seguir, permitem que eles sejam autónomos em muitas das tarefas e o facto, por exemplo, deste que eu estou a utilizar neste momento que é o HGP 5 costuma sempre acompanhar as fontes com aquele texto na parte inferior que lhes permite, em caso de dúvida, resolver autonomamente as tarefas propostas.

Entrevistadora: OK.

Docente C: A parte prática por assim dizer ...

**Entrevistadora: Em relação, por exemplo, agora aos manuais escolares digitais... Como vê as implicações da existência deles? Por exemplo, quais são as vantagens e quais são as desvantagens?**

Docente C: É assim em sala de aula, pode ser uma ferramenta mais apelativa. Eles podem achar mais apelativo... Eu consigo acompanhar, imaginemos quando eu tento apontar ou falar de alguma questão do mapa, eu consigo projetar o manual e é mais fácil que todos compreendam aquilo que eu estou a perguntar ou a localizar nesse mapa e acho que nesse sentido pode ser mais apelativo para os alunos... Desvantagem, não vejo desvantagem nestes recursos digitais, pelo menos no manual...

Entrevistadora: sim, em termos de recursos sim, mas, por exemplo, se deixasse de existir o manual em papel e ser só um manual escolar digital.

Docente C: Eu acho que o manual em papel nunca deveria deixar de existir, porque até para os registos e para uma leitura... Há pessoas que têm mais facilidade em ler em recursos de papel. Eu sou mais apologista do manual em papel, não vejo a necessidade de utilizar o manual digital apenas...

Entrevistadora: Sim, o manusear. É importante as crianças terem...

Docente C: Sim, o contacto, não é? Analisar, por exemplo, um mapa ao vivo poder tocar no manual, ter as cores ali mais presentes do que estar num ecrã a fazer essa leitura, se calhar não é muito vantajoso...

Entrevistadora: Então que consequências é que achas que poderiam trazer à sua utilização? Na sala de aula, por exemplo, se houvesse só manuais escolares digitais e às aprendizagens dos alunos, achas que ia ser benéfico? Achas, por exemplo, que poderia distraí-los? Se deixasse de haver o papel...

Docente C: Se houvesse manuais digitais, a minha questão, a minha dúvida, é, era só o professor que tinha acesso ao manual digital ou cada um deles tinha uma ferramenta, um tablet ou isso para aceder a eles?

Entrevistadora: Basicamente era ter um tablet ou um computador e ter acesso a eles, em vez de ter um manual...

Docente C: Eles, se calhar, até preferiam essa questão dos manuais digitais, se cada um deles pudesse ter acesso, agora, não sei se isso para as escolas seria viável e até que ponto o trabalho em sala de aula seria mais fácil ou não... Como nunca tive essa experiência, também não posso é-me difícil apontar as desvantagens, porque realmente não faço ideia...

Entrevistadora: OKOK, está tudo bem... E agora a última pergunta é aquela que para mim é mais importante que é ... **O que pensas sobre o papel dos manuais escolares no ensino?** Que se calhar é um apanhado de tudo, mas...

Docente C: É um recurso importantíssimo, a meu ver, porque é nele que se concentra pronto todos os conteúdos que que promovem as aprendizagens essenciais do ano e que lhes permite ter acesso a tarefas e exercícios diversificados não só de aquisição de conteúdos, como da aplicação dos mesmos. E que eles podem consultar, reconsultar e que ao longo do tempo ele pode ser reutilizado. E, portanto, acho que é muito importante.

Entrevistadora: Boa. OK e terminou...

Agradecer a disponibilidade e colaboração no estudo.

## **APÊNDICE V – Mapa conceptual**

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Indicadores</b>
<b>Manuais escolares</b>	Adoção	Seleção
		Critérios
	Critérios	Organização e método
		Informação e comunicação
		Características materiais
		Projeto Educativo
	Utilização em sala de aula	Justificação
		Atividades
		Exploração de recursos
		Texto informativo
		Síntese
	Caderno de atividades	Usos
		Em casa
		Em aula
	Manuais digitais	Vantagens
Desvantagens		
Consequências		
<b>Recursos</b>	Utilização	Tipos
		Obtenção
		Editoras
		Recursos do manual
<b>Gestão curricular</b>	Planificação de conteúdos	Tipos
		Conceção
		Aprendizagens essenciais

**APÊNDICE VI – Matriz de redução de dados**

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Unidade de registo</b>
Manuais escolares	Adoção	Seleção	<p>“Através da reunião de departamento, é feita uma análise de todas as propostas e é escolhido o manual que mais se adapta aos nossos alunos.” (D1)</p> <p>“São analisados a nível de departamento os vários que nos dão para avaliar, são preenchidos os questionários com os diversos critérios a nível pedagógico, a nível da organização, a nível de aspeto, a nível de peso até para os miúdos e depois selecionamos aquele que nos critérios encaixam num valor maior...” (D2)</p> <p>“Os manuais eu nunca participei nesse processo de apreciação e seleção, mas sei que normalmente é feito em departamento e é segundo os critérios da Direcção-Geral da Educação...” (D3)</p>
		Critérios	<p>“O tipo de linguagem, principalmente, as fontes, os recursos, (...) A estrutura... Por exemplo, o manual adotado tem dois volumes e também é importante, porque não é um peso tão grande na mochila...” (D1)</p> <p>“Eu acho mais relevante os critérios da correção pedagógica e da atratividade que o manual possa ter para os alunos desde que não descurem o conhecimento e a informação que tem que lá estar, porque muitos, às vezes, são tão atrativos que depois não dizem nada, portanto a informação que tem que estar tem que lá estar da forma mais agradável e atrativa para miúdos de 10/11 anos que são os nossos...” (D2)</p> <p>“A forma como está organizado, se apresenta uma organização adequada para os alunos, se desenvolve a autonomia deles, se as fontes desses manuais são fontes que eu considero pertinentes, se o tipo de questões são questões também adequadas para a idade deles e que promovem também um espírito crítico.” (D3)</p>
<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Unidade de registo</b>
Manuais escolares	Critérios	Organização e método	<p>“Um manual bem organizado, com informação científica correta e adequada ao nível ou ao ano escolar, que seja apelativo e que tenha boas fontes históricas” (D3)</p>

		Informação e comunicação	“Tem que ser a tal informação certificada, correta que tenha o essencial e que não deixe coisas básicas tidas como se pormenores fossem e que não figurem lá e deveriam ter...” (D2)
		Características materiais	“Ultimamente considero muito importante o peso, portanto manuais que são divididos em dois volumes para facilitar a vida das criancinhas que transportam 10 ao dia acho que sim...” (D2)
		Projeto Educativo	“Quando escolhemos o manual, escolhemos o manual de acordo com o projeto educativo e às vezes a mudança entre um e o outro não bate certo no tempo, portanto não quer dizer que todos os manuais que nós estamos a utilizar sejam assim tão adequados em todo o tempo que vigora um projeto educativo...” (D2)
<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Unidade de registo</b>
Manuais escolares	Utilização em sala de aula	Justificação	“Muito pouca (...) o manual é um apoio para eles. Dentro da sala de aula procuro diversificar os materiais.” (D1) “Porque é uma fonte de apoio ao conhecimento que queremos que os alunos adquiram, é a base material mais viável, mais visível, mais agradável, mais manuseável para trabalharem e o caderno de atividades para apoiar em termos de exercícios...” (D2) “Primeiro, porque acho que é um recurso indispensável, justamente porque é nele que estão todos os conteúdos e todas as supostas aprendizagens essenciais que eles têm que ter em cada ano e porque depois é uma ferramenta que os alunos podem utilizar em sala de aula e podem utilizar em casa e que também ao nível do meu trabalho pessoal me facilita muito trabalho e me permite aceder a atividades e tarefas que façam cumprir com a minha planificação.” (D3)
		Atividades	“Normalmente é análise de algum documento que esteja no manual” (D1) “Leitura, observação de imagens, de mapas, de textos, de gráficos, exercícios...” (D2)
		Exploração de recursos	“Depende da turma e depende dos dias. Umhas vezes é uma leitura prévia e depois uma explicação e exercícios... outra vez é exatamente ao contrário. Vamos tentar fazer

			os exercícios através da leitura e observação dos recursos que lá estão e vamos descobrir e chegar à explicação final para ver se bate certo com o que achávamos que era.” (D2)
		Texto informativo	“Sim, mas estou a pensar, por exemplo, no manual que nós usamos agora. Não estamos a lê-lo na aula, mas como eu costumo dizer “vocês todos sabem ler”. Então damos aula com recurso a tudo e mais alguma coisa, desde a explicação aos visionamentos, às perguntas deles, a tudo o que seja. E não quer dizer que seja sempre, mas na maior parte dos casos a leitura do tal texto informativo que está lá, é feita pelos alunos em trabalho autónomo.” (D2)
		Síntese	“Eu faço imensos esquemas e não quer dizer que os meus esquemas estejam no manual, são os tais do baú. E, às vezes, eles fazem sozinhos, sempre consultando o manual, mesmo que o esquema não seja do manual e, outras vezes, fazemos todos ao mesmo tempo e aí entra outra vez a história da particularidade de cada turma, há turmas que fazem muito bem sozinhos, há outros que precisam fazer par a par..” (D2)
<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Unidade de registo</b>
Manuais escolares	Caderno de atividades	Usos	“O caderno de atividades é mais para consolidação, revisões e trabalho autónomo.” (D1) “caderno de atividades para apoiar em termos de exercícios...” (D2) “Não uso como gostaria, porque acabo por não ter tempo para o fazer sob pena de não cumprir o programa, não é?” (D3)
		Em casa	“Eu tento mais que eles utilizem em casa como reforço e consolidação das aprendizagens e depois em caso de dúvidas ou para corrigir esses exercícios dedicamos uma parte da aula para o fazer...” (D3)
		Em aula	“Em sala de aula procuro não usar tanto, deixo esses recursos mais para trabalho autónomo e trabalho em casa, porque em sala de aula estou lá eu e procuro outros recursos... Isso é mais como apoio para o próprio aluno.” (D1) “Depende das turmas... Quando a turma é assim um bocadinho mais à frente, como nós costumamos dizer, nós conseguimos fazer na

			aula até... Quando a turma é mais lenta, quando é preciso mais tempo para as aprendizagens aí se calhar às vezes sobra mais o caderno de atividades para fazer o exercício em casa que se corrige depois na aula.” (D2)
<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Unidade de registo</b>
Manuais escolares	Manuais digitais	Vantagens	“Uma vantagem seria menos um peso na mochila.” (D1) “A vantagem lá vamos nós ao peso outra vez.” (D2)
		Desvantagens	“Em termos de escrever e ler não é a mesma coisa.” (D1) “Não vejo desvantagem nestes recursos digitais, pelo menos no manual...” (D3)
		Consequências	“Há uma série de competências como o pintar um mapa e interpretar, interpretar nem tanto, mas o pintar um mapa, por exemplo, ou um completar um texto que se não forem feitos à mão com lápis, borracha e por aí fora acho que se perde.” (D2)
<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Unidade de registo</b>
Recursos	Utilização	Tipos	“Uso o manual, fichas, uso a plataforma da <i>leya</i> .” (D1) “Utilizamos o próprio manual, o caderno de atividades, os recursos digitais que o livro tem e, na maior parte das vezes, vamos à procura de recursos desses de outros manuais e não daquele que está adotado. (...) Vídeos, <i>Powerpoints</i> e tudo e mais alguma coisa.” (D2) “ <i>PowerPoints</i> , vídeos da escola virtual ou outros, mapas, documentos do manual, textos, (...) Gráficos sim, dependendo da matéria.” (D3)
		Obtenção	“No site da própria editora, na <i>leya</i> , na escola virtual ou na <i>leya</i> digital que são dos manuais que nós temos, ou feitos por mim, ou feitos por um colega que tenha passado para mim já há algum tempo e depois eles vão ficando, os anos são muitos, eles vão ficando, uns vão saindo, outros vão surgindo de novo...” (D2) “Essencialmente através das plataformas da escola virtual, da <i>leya</i> e do manual.” (D3)
		Editoras	“Normalmente quase de aula a aula.” (D2) “Várias aulas, utilizo muito os materiais das editoras.” (D3)
		Recursos do manual	“Também uso os recursos do manual.” (D1)

			“Fazem a análise de todos os recursos do manual, seja de imagens, seja de mapas, seja de textos, eles normalmente utilizam sempre a informação apresentada no manual nessas fontes e trabalhamos isso em sala de aula ou então fora da sala de aula e depois dou o feedback em sala de aula.” (D3)
<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Unidade de registo</b>
Gestão curricular	Planificação de conteúdos	Tipos	“A médio prazo.” (D1) “Temos as de longo prazo e médio prazo a nível do departamento. E depois temos as do dia a dia que essas são pessoais. Não perdendo as outras de vista...” (D2) “A longo prazo que são as planificações anuais e a médio prazo também.” (D3)
		Conceção	“São feitas em departamento, depois com adaptações para cada turma, porque cada turma tem as suas especificidades.” (D1) “São realizadas a nível do departamento e discutidas também em grupo disciplinar...” (D3)
		Aprendizagens essenciais	“A partir das aprendizagens essenciais vamos para os conteúdos.” (D1)

**APÊNDICE VII – Grelha de registo de apreciação, seleção e adoção**

## ANEXO 1

REGISTO DE APRECIÇÃO, SELEÇÃO E ADOÇÃO						
Manuais Certificados						
MANUAL	Título					
	ISBN	Ano	Disciplina	Editora		
ADOÇÃO	Adotado		Data de adoção	Número de alunos		
	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	___/___/___			
<b>CRITÉRIOS DE APRECIÇÃO/COMPONENTES DE ANÁLISE</b>		<b>AVALIAÇÃO *</b>				
		(Assinalar com uma cruz ☒)				
		Muito Bom	Bom	Suficiente	Insuficiente	Não Aplicável
<b>1. Organização e Método</b>						
1.1. Apresenta uma organização coerente e funcional.						
1.2. Apresenta uma organização adequada aos alunos.						
1.3. Explicita etapas essenciais para a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades.						
1.4. Motiva para o conhecimento.						
1.5. Contempla sugestões de atividades de caráter prático/experimental.						
1.6. Estimula a autonomia e o sentido crítico.						
		Muito Bom	Bom	Suficiente	Insuficiente	Não Aplicável
<b>2. Informação e Comunicação</b>						
2.1. Respeita as orientações constantes dos documentos curriculares e outras orientações gerais do Ministério da Educação.						
2.2. Tendo em conta as orientações curriculares: - Veicula conhecimento correto; - Veicula conhecimento relevante.						
2.3. Promove a educação para a cidadania, nomeadamente não apresentando discriminações de caráter cultural, étnico, racial, religioso e sexual, e respeitando o princípio da igualdade de género.						
2.4. Apresenta uma organização gráfica <sup>(1)</sup> que facilita o seu uso.						
2.5. Apresenta ilustrações <sup>(2)</sup> corretas, necessárias e adequadas aos conteúdos e às atividades propostas.						
<sup>(1)</sup> Carateres tipográficos, cores, destaques, espaços, títulos, subtítulos, etc; <sup>(2)</sup> Fotografias, desenhos, gravuras, mapas, gráficos, esquemas, etc.						
		Muito Bom	Bom	Suficiente	Insuficiente	Não Aplicável
<b>3. Características Materiais</b>						
3.1. Apresenta robustez suficiente para resistir à normal utilização.						
3.2. O formato, as dimensões e o peso do manual (ou de cada um dos seus volumes) são adequados ao nível etário do aluno.						
3.3. Permite a reutilização.						

	Muito Bom	Bom	Suficiente	Insuficiente	Não Aplicável
<b>4. Adequação ao Projeto Educativo de Escola</b>					
4.1. Adequa-se às características da comunidade escolar.					
4.2. Revela-se adequado ao contexto educativo.					

\*Avaliação: Os docentes fazem uma apreciação global **de cada uma das quatro componentes de análise**. Para atribuir a menção qualitativa deverão ser tidas em consideração as respetivas componentes específicas.

